

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Minas	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nová	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	São Paulo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João	21/03/2001	21/03/2031
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (“ERO”)	Rondônia	30/10/2018	29/10/2048
Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”)	Acre	07/12/2018	06/12/2048

Transmissão de energia elétrica (Pré-operacionais)	Localid	Data da	Data de
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047
LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Gurupi, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Palmas 2, C1 e SE 500/230 kV Gurupi - (3+1 Res) x 150 MVA; SE 230/138 kV Dianópolis II - 2 x 200 MVA	Bahia e Tocantins	(*)	(*)

(*) A assinatura do contrato está prevista para o dia 23/03/2019.

Geração (projetos)	Usina	Localidad	Data da outorga de autorização	Data de vencimento da outorga
Complexo Parque Eólico				
EOL Alécrim	Eólico	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólico	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Mandacaru	Eólico	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Boa Esperança	Eólico	Bahia	01/09/2015	01/09/2050

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda ("ECOM")	Rio de Janeiro	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER")	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais (CVA), ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de quatro lotes de Leilões de Transmissão promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em abril de 2017, no Leilão de Transmissão nº 005/2016, foram adquiridas

as concessões referentes aos lotes 3 e 26, para a construção e operação de Linhas de Transmissão nos estados de Goiás e do Pará, respectivamente. Em 28 de junho de 2018, no Leilão de Transmissão nº 02/2018, foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 19 do referido Leilão, também no estado do Pará e em 20 de dezembro de 2018, no leilão de transmissão nº 4/2018 foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 4 do referido Leilão localizado no estado da Bahia e Tocantins, passando a apresentar um investimento estimado da ordem de R\$1.804.304.

O prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é até agosto de 2021 e das linhas do estado do Pará, em fevereiro de 2022 e março de 2023, respectivamente e, a linha adquirida dos estados da Bahia e Tocantins é até março de 2024. Os três primeiros projetos já estão com seus processos de licenciamento ambiental em andamento, junto aos órgãos competentes dos Estados, enquanto o último projeto vencido em dezembro de 2018 está em fase inicial do licenciamento. A contratação da empresa para construção das obras de todos os empreendimentos já foi feita e busca-se antecipar os prazos.

Lote 3 - Leilão nº 005/2016, composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - Leilão nº 005/2016, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 19 - Leilão nº 002/2018, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. Os investimentos previstos montam em R\$479.796 e o prazo para a realização das obras é de até 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 4 - Leilão nº 004/2018 ficará nos estados da Bahia e Tocantins. O lote consiste m Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão. Os investimentos estimados para esta obra totalizar R\$699.423 e o prazo para realização das obras é de 60 meses. Esta obra é importante para o escoamento do potencial de geração hidráulica e fotovoltaica dos estados da Bahia e do Tocantins, além de suprimento para a região de Dianópolis e Gurupi no estado de Tocantins.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ) e Minas Gerais (MG), além de projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

A controlada Ceron, possui em seu acervo patrimonial, uma Pequena Central Hidrelétrica, denominada PCH Rio Vermelho, instalada no município de Vilhena - RO, no KM 27, com uma capacidade de 2.600 kW, cuja transferência de propriedade foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em 19 de fevereiro de 1992.

Em 16 de novembro de 2017, por intermédio do memorando no 331/2017-SCG/ANEEL, a SCG foi finalizado o processo de registro da Central Geradora de Capacidade Reduzida-RCG CEG: CGH.PH.RO.002530-5.02, Rio Vermelho em nome das Centrais Elétricas de Rondônia.

A Administração considera a pequena atividade de geração como parte integrante das atividades do negócio da controlada.

A PCH não se encontra em funcionamento tendo paralisado sua operação em 24 de julho de 2015. As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

- I - Operar Usina termelétrica e PCH;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;
- VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e
- VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM"), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A ("ESOL") e Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI"), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER") presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado e credores apresentaram embargos de declaração, contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 31 de dezembro de 2018 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, onde o montante de R\$428.790 refere-se a Empréstimos, R\$56.966 a Debêntures e R\$57.679 a Fornecedores e Outros Contas a Pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 2016	155.357	261.574	47.751	464.682
(+) Atualização (1)	11.481	29.941	3.485	44.907
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2) e	17.857	2.821	3.992	24.670
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(21.885)	(961)	(27.302)
Saldos em 2017	180.239	272.451	54.267	506.957
(+) Atualização (1)	11.480	29.492	3.499	44.471
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2) e	16.273	5.673	4.970	26.916
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 2018	203.536	278.124	61.775	543.435

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas REDE, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Aquisição de controle acionário:

Em 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND, a Energisa, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, formalizou as transferências das participações societárias que asseguram o controle acionário das Centrais Elétricas de Rondônia (“ERO”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”), respectivamente. A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,00% do capital da ERO e 87,61% do capital da EAC.

Naquelas datas, ocorreram as Assembleias Gerais da ERO e da EAC que tiveram como ordem a eleição dos novos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora, além de aprovar os aportes de capital realizados pela Energisa na ERO no montante de R\$282.049 e

na EAC de R\$274.374, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas em Edital satisfeitas e/ou dispensadas.

Os efeitos das combinações de negócios estão sendo divulgados na nota explicativa 17.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada), Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, Créditos tributários, ativo financeiro indenizável da concessão, imobilizado, intangível, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado, Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios-pós emprego.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
CPC 06 (R2)/IFRS 16 IFRS 17 Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Operação de arrendamento mercantil / Leases Contratos de seguros Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	1º de janeiro de 2019 1º de janeiro de 2021 Adiado indefinidamente

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 são os seguintes:

(i) CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil//IFRS 16-Leases:

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo ou uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição: Como arrendatária, a Companhia e suas controladas poderão aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do

CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia e suas controladas esperam que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos nas notas explicativas nº 21 e 22.

Durante o exercício de 2018 a Companhia e suas controladas efetuaram avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), tendo apurado os valores como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Direito de uso	777	-	40.535	-
Arrendamentos operacionais	-	777	-	40.535

(ii) **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que segue:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda - Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa nova norma.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;

Normas e interpretações revisadas já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2018:

(i) CPC 47 - Receita de contratos com cliente / IFRS 15

O CPC 47 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30 Receitas, o CPC17 (R1) Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotaram o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Não aplicando os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

A nova norma prevê que a Companhia reconheça as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

As novas exigências de divulgação trazem melhores informações aos usuários das demonstrações financeiras a entender a natureza, o montante, o momento e a incerteza em relação à receita e aos fluxos de caixa decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia e suas controladas realizaram análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação de cinco etapas para o reconhecimento e mensuração da receita, quais sejam: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar os preços as obrigações contidas em cada contrato; e (v) reconhecer a receita quando (ou a medida que) a Companhia satisfaz cada obrigação de contrato.

As atividades de distribuição atualmente possuem as seguintes receitas:

- Receita pelo fornecimento e suprimento de energia;
- Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de energia elétrica de curto prazo;
- Receita de construção; e
- Receita de CVA e outros itens financeiros.

As controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, sendo que, uma vez descumprido as concessionárias são obrigadas a ressarcir os clientes, por meio de desconto na fatura mensal de consumo de energia.

Com base na análise efetuada dos impactos do CPC 47, a Companhia concluiu que não há impactos significativos sobre as receitas e ou a contabilização já atende aos requisitos da nova regra, exceto quanto o reconhecimento dos custos com os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, anteriormente registrados em despesas operacionais, para deduções a receita operacional.

O CPC 47 determina ainda que as controladas só podem reconhecer os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

A norma requer ainda que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Essa classificação é aplicável para as transmissoras de energia, que mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

Ademais, para as controladas diretas e indiretas do segmento de serviços especializados, referente a prestação dos serviços de planejamento e execução de obras de infraestrutura elétrica, assim como serviços de soluções de operação de PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas, e comercialização e liquidação de energia, receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. Com base na avaliação da Companhia não foram identificados impactos significativos em suas demonstrações financeiras e é compreendido que a receita é reconhecimento conforme o atendimento e entrega da sua obrigação de desempenho.

A seguir são apresentados os impactos de adoção do CPC47 no balanço patrimonial e nas demonstrações de resultado em 31 de dezembro de 2018 consolidadas.

Balanço patrimonial	2018 (Apresentado)	REF	Reclassificações	2018 (Sem impacto do CPC47/IFRS15)
Ativo				
Intangível	13.232.308	(a)	1.337.311	14.569.619
Ativo contratual - infraestrutura em construção	1.337.311	(a)	(1.337.311)	-
Ativos não impactados	21.848.389			21.848.389
Total de Ativo circulante e não circulante	36.418.008			36.418.008

(a) Adoção do CPC47 sobre as obras de construção e melhoria da infraestrutura do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Demonstração do Resultado	2018 (Apresentado)	REF	Reclassificações	2018 (Sem impacto do CPC47/IFRS15)
Receita líquida	15.787.581	(a)	33.037	15.820.618
Despesas operacionais e administrativas	(734.548)	(a)	(33.037)	(767.585)
Lucro líquido do exercício	1.148.434			1.148.434
Atribuível à				
Acionistas controladores	1.148.434		-	1.148.434
Acionistas não controladores	31.238		-	31.238

(a) Com a adoção do CPC 47 reclassificação das multas regulatórias (DIC, FIC, DMIC e DRIC), passaram a ser reconhecidas como dedução às receitas.

(ii) CPC 48- Instrumentos Financeiros / IFRS 9

Classificação e Mensuração - ativos e passivos financeiros

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminadas as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest - SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

Modelo	Contexto
1 - Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 - Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 - Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa - os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros:

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Clientes, consumidores e concessionárias	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Títulos de créditos a receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	Mantidos Até o Vencimento	Custo Amortizado
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Investimentos	Disponíveis para venda	VJORA
Ativo financeiro indenizável da concessão	Disponíveis para venda	VJR

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		
Fornecedores	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Debêntures	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Passivos financeiros setoriais	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Parcelamento de tributos	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Taxas regulamentares	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Instrumentos Financeiros -MtM	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR

Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros

O CPC48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabelecendo uma matriz de cálculo baseado nas taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público).

É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras de recebíveis da Companhia.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

A Companhia e suas controladas não apuraram impactos relevantes da aplicação do CPC 48 em suas demonstrações financeiras.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

1. Instrumentos financeiros

Prática contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2018:

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros

resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

A Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - (PPECLD - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as prováveis perdas na realização dos créditos, cuja recuperação seja considerada improvável;

O cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, baseia-se nas taxas de perdas históricas observadas pela Companhia.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativas observando os valores e prazos definidos pela legislação fiscal em vigor.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2018, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidos em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

2. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 36, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: “hedge” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir desta data.

Antes de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, a posição ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e a forma como a entidade avalia a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que o hedge seja altamente eficaz para compensar alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto e que seja avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente eficaz durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual o hedge foi designado.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
A Companhia também apresenta nesta rubrica os valores renegociados e a estimativa para Provisões para perdas esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD e os títulos de créditos.
- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Contrato de concessão do serviços público** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição e transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e as controladas, diretas e indiretas. No qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a à parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que indica que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Transmissoras, esta atendido de forma a refletir o negócio de distribuição e

transmissão de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº16.

- **Transmissão de energia elétrica:**

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Os contratos de transmissão de energia elétrica até 31 de dezembro de 2017 a infraestrutura da atividade de transmissão era mensurada desde o início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a taxa é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção do projeto.

A partir de 01 de janeiro de 2018 com a adoção do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços foram condicionados ao cumprimento de obrigações de desempenho da Companhia que passou a se enquadrar as prerrogativas da nova norma o que obrigou a reconhecer as contraprestações como um "Ativo de Contrato", passando as receitas relativas à infraestrutura de transmissão ser reconhecidas com base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. A margem de construção é recebida durante a obra e variações do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, quando incorridas. Para estimativas referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em

contrato de concessão, após o término da fase de construção e o reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais (CVA)** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas estão atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12;
- g. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- h. **Combinação de negócios** - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.
- i. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras

receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

- j. **Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000, Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Empresas adquiridas em 11 de abril de 2014: EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027, ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; ERO em 30 anos vencendo em 29 de outubro de 2048 e EAC em 30 anos vencendo em 06 de dezembro de 2048; e (iii) mais valia dos bens tangíveis (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.

- k. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Desta forma, dado que independe de sua remuneração via tarifa (intangível) ou liquidação subsequente (ativo financeiro), os ativos contratuais em construção ou de melhorias no montante de R\$643.065, registrados em 31 de dezembro de 2017 sob o escopo do ICPC 01 (R1) na rubrica de ativo intangível da concessão foram reclassificados para a rubrica de ativo contratual (vide nota explicativa nº 19), reclassificado em 01 de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 47.

- l. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

m. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2018 e 2017, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- n. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- o. **Derivativos** - A Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e

controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 36.

- p. Imposto de renda e contribuição social** - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- q. Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).
- r. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- s. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- t. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- u. Receita** - as receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela controladora e controladas. O reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é realizado mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o

calendário de medição. A receita não faturada apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

As controladas contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

As controladas diretas e indiretas aplicaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, onde as informações adicionais sobre os impactos da adoção das novas políticas contábeis se encontram refletidas na nota explicativa 3.1.

- v. Benefícios pós-emprego** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego- A Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

- w. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço;
- x. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2018	2017
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (2)	Distribuição de energia	90	-
Companhia de Eletricidade do Acre S/A (2)	Distribuição de energia	87,61	-
Energisa Soluções S/A (ESO)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A (***)	Holding	87,7	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (3)	Transmissão de energia	-	100
Energisa Góias Transmissora de Energia I S/A (3)	Transmissão de energia	-	100
Energisa Transmissão de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Empreendimentos de Energia II S/A) (3) (*)	Holding	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (3)	Transmissão de energia	-	100
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEVP	Holding	99,99	99,99
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	92,62	96,28
Rede Power do Brasil S/A	Holding	92,62	96,18
QMRA Participações S/A	Holding	92,62	96,18
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	73,38	66,60
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (4)	Distribuição de energia	92,58	99,93
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	77,07	76,67
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	92,66	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A (**)	Serviços	-	100
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (5)	Distribuição de energia	92,12	98,99
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 18 de julho de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia.

(**) A controlada indireta Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A teve seu pedido de baixa homologado no exercício.

(***) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

(1) Companhias Abertas.

(2) Companhias adquiridas pela Energisa S/A em outubro e dezembro de 2018 com participação direta de 90% capital social

da Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e 87,61% da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”), respectivamente.

- (3) Em fase pré-operacional.
- (4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A. e possui 35,92% de participação na EMS.
- (5) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A, da EBB, EDEVP, CNEE e CFLO.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

Combinação de negócio e ágio:

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Classificação dos ativos e passivos correntes e não correntes:

Os ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou

não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Subvenções governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando são recebidos os benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais o benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48, e o montante recebido).

Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos:

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos fiscais correntes são demonstrados de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada e somente se, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma Companhia tributável; ou (ii) nas Companhias tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as receitas:

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre receitas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas.

- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2018					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	14.649.800	255	182.864	935.839	18.823	15.787.581
Receitas Intersegmentos	101.424	-	-	-	314.769	416.193
Total	14.751.224	255	182.864	935.839	333.592	16.203.774
Receitas Financeiras	472.700	7	153	4.005	333.398	810.263
Despesas Financeiras	(879.410)	(8)	(1.791)	(7.071)	(872.479)	(1.760.759)
Total	(406.710)	(1)	(1.638)	(3.066)	(539.081)	(950.496)
Depreciação e amortização	912.107	50	22	35	37.497	949.711
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	1.291.145	(172)	5.997	27.235	593.180	1.917.385

	2017					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	12.840.237	341	15.008	747.531	34.037	13.637.154
Receitas Intersegmentos	-	-	-	-	279.605	279.605
Total	12.840.237	341	15.008	747.531	313.642	13.916.759
Receitas Financeiras	672.149	5	-	2.819	273.835	948.808
Despesas Financeiras	(1.049.630)	(12)	(322)	(4.359)	(532.488)	(1.586.811)
Total	(377.481)	(7)	(322)	(1.540)	(258.653)	(638.003)
Depreciação e amortização	773.623	37	(1)	28	33.988	807.675
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	836.526	(78)	(1.343)	26.781	(254.996)	606.890

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	2018	2017
Ativos dos segmentos divulgáveis	32.086.289	6.811	473.423	170.495	5.145.453	37.882.471	23.393.801
Ativo circulante	8.057.262	382	258.648	147.756	2.788.671	11.252.719	7.213.366
Ativo não circulante	24.029.027	6.429	214.775	22.739	2.356.782	26.629.752	16.180.435
Passivos dos segmentos divulgáveis	23.788.966	996	328.347	152.020	7.564.612	31.834.941	18.609.279
Passivo circulante	5.679.281	986	59.782	97.685	1.915.661	7.753.395	5.860.077
Passivo não circulante	18.109.685	10	268.565	54.335	5.648.951	24.081.546	12.749.202

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2018	2017
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	16.203.774	13.916.759
Eliminação de receitas intersegmentos	(416.193)	(279.605)
Receita líquida consolidada	15.787.581	13.637.154
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	949.711	807.675
Depreciação e amortização consolidada	949.711	807.675
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	810.263	948.808
Eliminação de receitas intersegmentos	(275.264)	(165.095)
Receita financeira consolidada	534.999	783.713
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(1.760.759)	(1.586.811)
Eliminação de despesa intersegmentos	275.264	165.095
Despesa financeira consolidada	(1.485.495)	(1.421.716)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	1.917.385	606.890
Lucro antes dos impostos	1.917.385	606.890

	2018	2017
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	37.882.471	23.393.801
Outros valores não alocados	(1.464.463)	(1.345.338)
Total Ativo consolidado	36.418.008	22.048.463
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	31.834.941	18.609.279
Outros valores não alocados	(1.464.463)	(1.345.445)
Total passivo consolidado	30.370.478	17.263.834

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 equivale a 96,0% do CDI (95,38 % do CDI em 2017).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	2.930	522	173.785	87.119
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	310.757	133.884	532.953	834.362
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	178.789	914	184.590	63.800
Compromissada	131.968	132.970	348.363	770.562
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	313.687	134.406	706.738	921.481

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2018 equivale a 100,0% do CDI (107,89% do CDI em 2017).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	2.451.010	1.910.911	3.643.972	1.887.061
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.597	16.263	33.064	24.498
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	8.454	10.041
Compromissada ⁽²⁾	-	28	342	14.599
Debêntures ⁽³⁾	1.272.160	1.479.608	-	229.708
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	14.310	104.123	723.726	571.385
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁴⁾	1.131.635	291.581	2.778.399	915.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.816	6.201	16.238	15.238
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.991	2.301	5.508	5.656
Debêntures	-	66.358	-	163.054
Compromissadas	238.504	6.309	439.285	15.503
Títulos públicos	408	1.186	443.894	18.616
Fundo de Renda Fixa	620.420	95.233	1.142.711	234.003
Letra financeira do Tesouro (LFT)	210.690	31.411	541.796	101.452
Letra financeira (LF)	9.969	81.406	64.626	359.281
Letra financeira subordinada (LFS)	-	1.176	-	2.890
Letra financeira (LTN)	8.089	-	29.627	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	31.748	-	94.714	-
Títulos CCBs ⁽⁵⁾	74.711	75.114	74.711	75.114
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁵⁾	(74.711)	(55.806)	(74.711)	(55.806)
Nota Promissória	-	-	-	-
Outros instrumentos	-	-	252	302
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁶⁾	-	-	99.735	101.527
2) Custo amortizado	-	-	-	9.729
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁶⁾	-	-	-	9.729
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2.431.702	1.910.911	3.643.972	1.896.790
Circulante	1.182.802	660.798	3.538.730	1.758.953
Não Circulante	1.248.900	1.250.113	105.242	137.837

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e média ponderada 99,9% do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 65,0% a 90,0% e média ponderada do CDI e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures privadas emitidas pelas distribuidoras;
- (4) Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 35,4% a 117,6% e média ponderada de 105,2% do CDI; bem como fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 105,2% do CDI Fundo FI Energisa e 101,3% do CDI Fundo Zona da Mata;
- (5) Títulos CCB's - a Companhia detém títulos mobiliários emitidos ou por cujo pagamento é responsável empresa não ligada que requereu recuperação judicial. Como o Plano de Recuperação Judicial somente foi aprovado em abril de 2017, e de forma conservadora, foi constituída provisão de desvalorização dos Créditos da ordem de R\$74.711 (R\$55.806 em 2017);
- (6) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020, respectivamente.

7. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 - transações com partes relacionadas e no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado								Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (7)			
	2018	2017	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2018	2017	
Valores correntes: ⁽¹⁾												
Residencial	-	-	359.363	-	390.652	58.751	21.419	11.606	(103.649)	738.142	564.936	
Industrial	-	-	168.981	-	31.067	6.663	6.297	40.441	(37.900)	215.549	168.908	
Comercial	-	-	276.582	-	97.074	15.633	11.205	22.081	(40.135)	382.440	299.762	
Rural	-	-	98.966	-	53.793	14.830	4.401	3.140	(7.942)	167.188	125.111	
Poder público	-	-	98.934	-	21.406	2.234	3.228	11.248	(16.251)	120.799	94.168	
Iluminação pública	-	-	58.418	-	8.462	3.698	7.584	7.341	(15.032)	70.471	34.771	
Serviço público	-	-	50.115	-	9.640	6.712	8.833	49.984	(62.701)	62.583	53.091	
Serviço taxado	-	-	4.323	-	-	-	-	-	-	4.323	1.047	
Fornecimento não faturado	-	-	754.443	-	-	-	-	-	-	754.443	478.111	
Arrecadação Processo	-	-	92.269	-	-	-	-	-	-	92.269	71.711	
Classificação												
Valores renegociados:												
Residencial	-	-	28.636	62.503	16.222	7.118	6.964	40.870	(65.107)	97.206	48.563	
Industrial	-	-	8.600	19.791	3.082	1.044	1.891	20.430	(28.083)	26.755	18.104	
Comercial	-	-	13.160	79.012	5.506	3.788	2.372	16.285	(37.293)	82.830	61.833	
Rural	-	-	6.558	16.672	2.913	1.466	1.273	4.497	(10.881)	22.498	10.691	
Poder público ⁽²⁾	-	-	17.072	348.676	2.508	545	679	41.335	(20.098)	390.717	289.591	
Iluminação pública	-	-	2.884	19.213	262	74	-	15	(153)	22.295	22.623	
Serviço público	-	-	1.194	18.721	271	58	55	239	(2859)	17.679	6.098	
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115	
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(4.781)	(106.837)	-	-	-	-	-	(111.618)	(61.183)	
Subtotal-clientes	-	-	2.035.717	457.751	642.858	122.614	76.201	269.512	(448.084)	3.156.569	2.288.051	
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional ⁽⁴⁾	-	-	44.187	-	671	638	1.115	34.589	(5.632)	75.568	122.456	
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	1.850	-	90	-	-	106	(391)	1.655	3.786	
Serviços Especializados ⁽⁸⁾	34.842	34.280	17.203	-	-	-	-	-	(2.433)	14.770	11.328	
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201	
Outros ⁽⁶⁾	-	-	374.950	81.974	144.679	18.720	2.097	143.649	(36.652)	729.417	281.199	
Total	34.842	34.280	2.486.108	539.725	788.298	141.972	79.413	447.856	(493.192)	3.990.180	2.719.021	
Circulante	34.842	34.280								3.041.247	2.246.232	
Não Circulante	-	-								948.933	472.789	

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que

possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

- (2) Reconhecido ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$12.926 em 31 de dezembro de 2018 contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,60% a.a.
- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,40% a.a. (6,99% a.a. em 2017).
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	2018	2017
Saldos a vencer	43.963	89.825
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 ^(a)	34.589	34.589
Créditos vencidos	-	812
Sub-total créditos CCEE ^(*)	78.552	125.226
(-) Aquisição de energia na CCEE	(157.619)	(286.417)
(-) Encargos de serviços do sistema	(31.628)	(11.716)
Total débitos CCEE	(110.695)	(172.907)

(*) O sub-total de R\$78.552 (R\$125.226 em 2017) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.913 (R\$2.770 em 2017).

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (5) Os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2017), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.
- (6) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa A provisão foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018 e a avaliação efetuada não indicou alterações relevantes na provisão.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	2018	2017
Saldo inicial - circulante -2017 e 2016	388.025	353.151
Saldo de aquisição da combinação de negócios	170.936	-
Provisões constituídas no exercício	154.736	110.248
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(108.634)	(75.374)
Saldo final - circulante -2018 e 2017	605.063	388.025
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	493.192	373.973
Títulos de créditos a receber	71.175	2.387
Outros créditos	40.696	11.665

- (8) O saldo da conta de Serviços especializados na controladora, inclui valores referentes à Serviços prestados a Centrais Elétricas de Rondônia no montante de R\$116 (R\$304 em 2017) e R\$34.726 (R\$33.976 em 2017) refere-se a transações com partes relacionadas (vide nota explicativa 14).

8. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	16.590	21.042
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	65.763	-
Títulos de créditos a receber (2)	222	3.048	47.125	49.286
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(71.175)	(2.387)
Ajuste a valor presente (1 e 2)	-	-	(23.166)	(24.095)
Total	222	3.048	35.137	43.846
Circulante	144	1.167	20.031	19.940
Não circulante	78	1.881	15.106	23.906

Em 2018, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	2018	2018
Vencidos	-	9.452
2019	144	11.498
2020	-	11.825
2021	78	5.290
2022 em diante	-	68.247
Total	222	106.312

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Controladora:

Em 2018 a Energisa S/A, possui R\$222 (R\$3.048 em 2017) de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI. Em 02 de maio de 2018 foi recebido o valor de R\$1.224 e um complemento de R\$104, totalizando em R\$1.328.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída provisão para perdas no montante de R\$1.336 reconhecido na demonstração do resultado do exercício e R\$162 foi reclassificado para a rubrica de aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

Consolidado:

(1) Controlada indireta EMT:

- (i) **Títulos precatórios referente a Ação de Execução** (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$16.590 (R\$21.042 em 2017) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 30 parcelas, restando 36 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$57 (R\$711 em 2017), utilizando a taxa média anual de CDI 6,40% a.a. (6,99% a.a. em 2017).
- (ii) **A controlada contabilizou em junho de 2018** títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dividas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$65.763 (valores históricos), vencidas a partir de 27 de julho de 1998, que se encontravam totalmente provisionado. Em 30 de junho de 2018 todo o montante foi integralmente transferido da rubrica de consumidores e concessionárias. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. O montante se encontra integralmente provisionado e foram formados conforme segue:

	2018
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590
Total	65.763

(2) Títulos de créditos a receber:

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono no montante de R\$1.625 (R\$1.625 em 2017) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (i) A controlada indireta, adquiriu em 2003, R\$44.033 (R\$44.033 em 2017) créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2017) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2017).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$8.299 (R\$5.586 em 2017). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 2017).
- (iii) Em 2018 a controlada indireta adquiriu títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$684, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Regente Feijó no montante de R\$290.

Prefeituras	2018
REGENTE FEIJÓ	290
SANTO ANASTÁCIO	394
Total	684

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO no exercício de 2018 registrou o montante de R\$12.496 (R\$15.208 em 2017), cujo detalhamento dos títulos é como segue:

- (i) R\$9.135 (R\$11.859 em 2017) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	2018	2017
Araguaína	-	1.427
Araguatins	163	541
Palmeirópolis	3	97
Paraíso	2.358	3.478
Silvanópolis	28	186
Taguatinga	4.601	6.130
Divinópolis (*)	442	-
Miranorte (*)	699	-
Porto Nacional (*)	651	-
Cachoeirinha (*)	33	-
Colmeia (*)	107	-
Ponte Alta do Bom Jesus (*)	50	-
Total	9.135	11.859

(*) valores integralmente provisionados até que se inicie os pagamentos.

- (ii) Inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, no montante de R\$3.126 (R\$3.227 em 2017), decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos da Energisa Tocantins foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO.

A Administração da controlada ETO, constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$455 (R\$751 em 2017) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

Demais controladas:

- (i) R\$1.665 (R\$1.186 em 2017), outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, e Dinâmica.
- (ii) A controlada EMG constituiu no exercício perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R\$748.

9. Dividendos a receber

Dividendos a receber	Controladora	
	2018	2017
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	42.445	1.525
Rede Energia Participações S/A	-	7.809
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	53.486	5.954
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	1.289	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	4.471	4.237
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	-	298
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	247	-
Dinâmica Direitos Creditórios	-	10
Total - Ativo Circulante	101.938	21.122

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	270.539	206.363
Imposto de renda retido fonte - IRRF	29.306	14.180	38.986	17.105
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	71.591	53.217	567.338	350.673
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	6.663	4.043	162.289	85.406
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.309	880	111.555	104.033
Outros	171	52	42.416	35.670
	109.040	72.372	1.193.123	799.250
Circulante	88.855	29.502	925.676	575.826
Não circulante	20.185	42.870	267.447	223.424

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.414, de 03/07/2018	15,55%	12/07/2018
EMG	Resolução 2.403, de 19/06/2018	12,05%	19/06/2018
EBO	Resolução 2.367, de 30/01/2018	18,21%	04/02/2018
ENF	Resolução 2.400, de 12/06/2018	13,95%	22/06/2018
EPB	Resolução 2.439, de 22/08/2018	15,73%	28/08/2018
ETO	Resolução 2.413, de 03/07/2018	10,13%	04/07/2018
CERON	Resolução 2.496, de 11/12/2018	25,34%	13/12/2018
ELETROACRE	Resolução 2.497, de 11/12/2018	21,29%	13/12/2018

11.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS (*), ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
CERON	Resolução 1.657 de 26/11/2013	13,17%	30/11/2013
ELETROACRE	Resolução 1.655 de 26/11/2013	10,73%	30/11/2013

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que,

dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2018 e 2017 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2018	2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha Patamar 1
Maio	Amarela	Vermelha Patamar 1
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Setembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Outubro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
Novembro	Amarela	Vermelha Patamar 2
Dezembro	Verde	Vermelha Patamar 1

11.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Nos últimos exercícios, o grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Desta forma, as distribuidoras do Grupo Energisa em conjunto, encerrou o exercício de 2018 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), assim como ocorreu no exercício de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui o saldo de provisão de ganho no consolidado de R\$4.495, em que a Administração não tem a expectativa de que o montante venha ser repassado aos consumidores durante os procedimentos tarifários realizado pelo Poder Concedente.

Quanto as controladas recentemente adquiridas Ceron e Eletroacre, envidou seus melhores esforços para a utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Lembrando que em dezembro de 2017, a ANEEL publicou o Despacho 4.008/2018 impedindo a participação de quase a totalidade de hidrelétricas nos MCSDs e a celebração de novos acordos bilaterais. Os acordos só voltaram a ser permitidos em julho de 2018, após a publicação da Resolução Normativa nº 824/2018, mas somente para usinas que ainda não entraram em operação comercial. A resolução também excluiu a possibilidade de participação nos MCSDs de Energia Nova de geradores já em operação, ou seja, somente poderiam ser descontratadas usinas com atraso nas obras.

Tais medidas limitaram a flexibilidade da gestão de contratação das distribuidoras. Dessa forma, a Eletroacre encerra o ano de 2018 com sobrecontratação em 106%, com impacto positivo e a Ceron dentro da faixa de repasse regulatório, ou seja entre 100% e 105%.

12. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (CVA) - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 2017	Saldo inicial da combinação de negócios	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
			Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	751.577	438.804	920.325	(575.416)	47.013	(6.985)	1.575.318	762.441	812.877	1.287.452	287.866
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	295	1.326	4.755	(2.322)	69	(223)	3.900	3.766	134	3.855	45
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	35.114	4.700	42.065	(31.358)	2.001	974	53.496	29.547	23.949	43.464	10.032
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	2.386	-	9.194	(2.007)	232	311	10.116	1.112	9.004	7.247	2.869
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	-	954	-	(954)	-	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	232	24.177	106.719	(1.005)	1.012	(12.912)	118.223	31.967	86.256	81.305	36.918
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	28.049	-	39.463	(23.054)	685	(30.259)	14.884	1.515	13.369	8.263	6.621
Sobrecontratação de energia (4)	140.881	130.382	20.574	(98.284)	(316)	(16.242)	176.995	165.984	11.011	173.229	3.766
CUSD	10.485	-	10.306	(11.946)	217	(97)	8.965	7.386	1.579	8.340	625
Exposição de submercados (6)	59.506	23.719	122.432	(73.697)	4.826	14.137	150.923	65.101	85.822	123.910	27.013
RGR designada - ativo de CVA (7)	-	665.047	(421)	-	8.150	-	672.776	-	672.776	-	672.776
Garantias (8)	4.229	456	4.100	(4.330)	159	-	4.614	2.098	2.516	3.703	911
Saldo a Compensar (9)	26.091	2.240	13.270	(25.827)	(10.604)	20.808	25.978	10.775	15.203	12.744	13.234
Outros itens financeiros (10)	55.179	-	(9.121)	(15.148)	362	(19.646)	11.626	7.180	4.446	10.055	1.571
Total Ativo	1.114.024	1.291.805	1.283.661	(865.348)	53.806	(50.134)	2.827.814	1.088.872	1.738.942	1.763.567	1.064.247

Passivo financeiro setorial	Saldo em 2017	Saldo inicial da combinação de negócios	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfe-rência	Saldo em 2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circu-lante	Não Circulante
			Adição	Amorti-zação	Remu-neração						
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	33.471	-	3.691	(31.265)	14.136	(6.985)	13.048	-	13.048	666	12.382
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.565	167	(183)	(3.318)	(7)	(224)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	16.391	-	698	(10.963)	140	974	7.240	3.831	3.409	5.575	1.665
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	1.481	-	(1.122)	(490)	15	311	195	195	-	195	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	538.066	136.623	343.841	(402.617)	16.361	1	632.275	314.309	317.966	513.291	118.984
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	164.600	2.523	(29.074)	(108.905)	1.996	(12.911)	18.229	18.180	49	18.226	3
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	48.894	15.395	79.851	(52.342)	1.904	(30.259)	63.443	42.687	20.756	55.070	8.373
Sobrecontratação de energia (4)	140.540	23.127	249.328	(108.939)	8.066	(16.242)	295.880	87.887	207.993	213.572	82.308
Devoluções Tarifárias (5)	40.749	10.168	94.149	(9.869)	4.465	-	139.662	8.925	130.737	-	139.662
CUSD	71	-	169	(58)	4	(97)	89	-	89	64	25
Exposição de submercados (6)	26.128	-	(1.077)	(20.668)	36	(4.416)	3	(3)	6	-	3
Saldo a Compensar (8)	7.727	3.538	24.572	(32.782)	3.359	24.545	30.959	23.189	7.770	27.446	3.513
Outros itens financeiros (9)	7.380	3.437	93.039	(61.627)	9	(4.831)	37.407	37.375	32	37.397	10
Total Passivo	1.029.063	194.978	857.882	(843.843)	50.484	(50.134)	1.238.430	536.575	701.855	871.502	366.928
Saldo líquido	84.961	1.096.827	425.779	(21.505)	3.322	-	1.589.384	552.297	1.037.087	892.065	697.319

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** Representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- (7) **RGR Designada** - as controladas CERON e ACRE detinham a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Concessão vigentes a época. Em 22 de julho de 2016 a acionista Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das Concessões de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica das Distribuidoras da Eletrobrás, deixando de ser concessionárias para se tornarem prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica.
- Objetivando regulamentar o assunto, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 388/2016, definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e designou as empresas de distribuição da Eletrobrás como prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica, por meio das Portarias nº 420, nº 421, nº 422, nº 423, nº 424 e nº 425, todas de 2016.
- Até a transferência do controle acionário ocorrido em 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018 para Ceron e Eletroacre, respectivamente, as distribuidoras complementaram suas fontes de recursos através da utilização e captação de empréstimos oriundos da Reserva Global de Reversão - RGR.
- Ao contrair tais obrigações financeiras, as controladas foram oneradas economicamente pela ausência de contrapartida ativa de tais obrigações.

Desta forma, por meio do ofício nº 242/2018, a Aneel estabeleceu que em ambos os cenários, outorga pura (liquidação) e ou licitação combo (alienação do controle acionário) o passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante todo o período da designação, será transferido para a nova concessão, no qual o novo concessionário fará jus ao recebimento tarifário nos termos da Lei e da forma definida pelo edital de licitação. Adicionalmente a Aneel ainda conclui neste ofício que: “Não há hipótese, portanto, que o passivo fique com a Distribuidora Designada sem ter um ativo correspondente.

Assim, fica também afastada a condicionalidade de reconhecimento desse direito apenas via consumo, caracterizando um direito incondicional, de forma análoga ao ativo consubstanciado no OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, reunindo assim as condições necessárias para o registro contábil do reconhecimento do direito como receita da CVA - outros componentes financeiros em contrapartida de ativo financeiro setorial da concessão. Conforme Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016, art. 6º Parágrafos 9º a 10º. § 9º A taxa de juros a ser utilizada para o empréstimo será de 111% da taxa SELIC.

Nas datas da assinaturas dos novos contratos de concessão foram aplicados os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre, resultando em redução do montante de RGR designada de R\$101.038 e R\$52.454, Ceron e Eletroacre, respectivamente.

- (8) **Garantias Financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (9) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc. Em 2018 as controladas direta EPB, ESE, EMG, ENF, ERO, EAC e as indiretas EMT, EMS, ETO e ESS reconheceram na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$102.879 incluído na coluna “adição”, referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL, que serão devolvidos aos consumidores a partir de abril de 2018.

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	68.727	58.657
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	147.378	141.889
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	15.218	10.048
Ordens de desativação em curso	-	-	18.521	10.284
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.512	1.368
Adiantamentos a fornecedores e empregados	610	465	46.593	32.064
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	178.121	179.251
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	80.581	76.357
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(27.808)	(28.629)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	24.316	30.439
Padrão de baixa renda	-	-	3.264	3.357
Plano de Universalização	-	-	-	836
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	8.257	7.766	61.325	50.485
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	39.284	47.138
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	16.166	26.546
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	50.343	75.696
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	(40.000)	(40.000)
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	55.162	54.652
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	8.049	-
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	58.089	14.363
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	244.971	-
Repasse Capitalização ERO e EAC ^(**)	109.604	-	-	-
Outros ^(*)	16.181	22.240	43.386	60.466
Total	196.672	92.491	1.165.585	877.654
Circulante	25.049	30.468	921.242	702.103
Não circulante	171.623	62.023	244.343	175.551

(*) Inclui, na controladora R\$705 (R\$1.062 em 2017) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$40.696 (R\$11.665 em 2017) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

(**) refere-se ao montante da subscrição das sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, correspondente a 128.665.217 ações ordinárias da ERO e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da EAC (vide nota explicativa nº 42).

(1) Os créditos de subvenção baixa renda referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro/2018. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 2017	4.310	299	11.346	10.964	2.326	12.524	6.831	5.973	4.084	-	-	58.657
Saldo de aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.357	12.191	14.548
Subvenção baixa renda	16.837	1.679	47.563	88.655	9.270	43.306	36.796	36.340	18.808	2.181	2.309	303.744
Ressarcimento pela CCEE	(16.887)	(1.645)	(50.059)	(89.168)	(9.785)	(46.999)	(36.530)	(34.420)	(18.446)	(1.157)	(3.126)	(308.222)
Saldos consolidados em 2018	4.260	333	8.850	10.451	1.811	8.831	7.097	7.893	4.446	3.381	11.374	68.727

(2) O saldo de subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2018, que serão compensados /ressarcidos no primeiro trimestre de 2019.

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 2017	16.203	747	3.466	19.155	3.998	74.710	11.797	27.836	21.339	-	-	179.251
Saldo de aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.781	7.430	21.211
Desconto tarifário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
subvenção Irrigante e Rural	59.336	2.622	44.205	88.923	9.746	283.836	65.480	153.120	98.685	12.973	(6.319)	812.607
Ressarcimento pela CCEE	(65.341)	(2.995)	(46.018)	(81.902)	(14.148)	(304.104)	(64.413)	(153.857)	(99.665)	(5.246)	2.741	(834.948)
Saldos consolidados em 2018	10.198	374	1.653	26.176	(404)	54.442	12.864	27.099	20.359	21.508	3.852	178.121

As controladas EMG, ENF, ESS e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, durante o exercício findo em dezembro de 2018, foram compensados e ressarcidos R\$92.119 referente à Subvenção CDE e R\$24.295 referente subvenção Baixa Renda.

(3) Banco Daycoval - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas.

(4) Crédito a receber da Celpa são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante serão pagos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(5) Sub rogação CCC - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					2018	2017
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	13.235	19.019	22.416
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	3.459	1.154	3.210
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	772	4.143	4.813
Total		53.125	41.782	17.466	24.316	30.439
Circulante (Principal)					10.414	5.321
Não Circulante (Principal)					13.902	25.118

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração refere-se ao montante que a Energisa possui a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora com prováveis êxitos de realização.

(7) Refere-se a créditos com terceiros referem-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras refere-se ao montante que a controlada Energisa TO reconheceu no exercício créditos a receber no montante R\$16.166 (R\$26.546 em 2017), referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato N° ECF5-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2018	2017
Principal	95.561	95.561
Atualização monetária - IGPM (*)	76.589	76.589
Amortização - Dividendos	(88.744)	(63.391)
Amortização - Ações	(33.063)	(33.063)
Total	50.343	75.696
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	(40.000)	(40.000)
Total não circulante	10.343	35.696

(*) A partir do mês de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o saldo do contrato em face de encontrar-se em processo de negociação com o Governo do Estado.

- Programa Reluz Tocantins

Trata-se de crédito mantido pela controla ETO contra o Governo do Estado de Tocantins relativo a implementação do Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008. A controlada vem mantendo tratativas junto ao Governo do Estado de forma a possibilitar a liquidação do saldo, uma vez que a ETO realizou todas as obras e cumpriu com todas as obrigações contratuais.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor.

Em 2017, baseado na perspectiva de conclusão das negociações, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins em 2017 e recalculou o efeito a valor presente resultando em um incremento de provisão de mais R\$19.672, passando a montar em R\$40.000, para melhor refletir a expectativa de realização de créditos, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado daquele exercício.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC é o montante que a controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A (EMT) possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC de R\$55.162 (R\$54.652 em 2017). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra

de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

(11) Adiantamento INERGUS refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas Ceron e Eletroacre junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo.

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,47% do capital votante) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (81,40% do capital votante). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital votante) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	34.842	-	49.627	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	706	-	1.979	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.272.160	-	1.249.900	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A (1)	-	-	18.281	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	995	-	2.523	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	-	-	27.583
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (3)	14.413	-	108.704	-
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	-	-	24.673	-
. QMRA Participações S/A (1)	-	-	-	78.459
. Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) (3) e (4)	95.434	5.827	263.334	-
. Companhia de Eletricidade do Acre	75.554	-	-	-
Outros (*):				
. Companhia de Eletricidade do Acre	-	35.264	-	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	-	27.835	-	-
Total - não circulante	186.396	68.926	417.515	106.042
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	15	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	932	-	782	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	41	-	127	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	10	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	10	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	11	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	11	-	12	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	11	-	8	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	60.201	-	9.304	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	948	-	-	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	-	6.627	-
. Energisa Soluções S/A	32.819	-	-	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	134	-	-	-
Total	147.909	-	16.911	-
	1.642.013	68.926	1.735.932	106.042

(*) Refere-se compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados, vide nota explicativa nº 42.

(**) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

- (1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,6668 a.a (CDI + 0,9663 a.a em 31 de dezembro de 2017), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.
- (2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outros encargos, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.
- (3) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.
- (4) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento (*)
. Energisa Soluções S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
. Rede Energia Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/07/2020
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2020
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C") -	1% a.a	11/04/2036
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C")	1% a.a	13/02/2036
. QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2020
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C")	CDI + 2% a.a	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	05/05/2019
. Multi Energisa Serviços S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/08/2019
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	31/10/2021
. Companhia de Eletricidade do Acre	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	06/12/2021

(*) Os contratos com a Denerge Desenvolvimento Energético S/A, Multi Energisa Serviços S/A foram liquidados em dezembro de 2017, Companhia Técnica de Comercialização S/A (créditos opção "C") em Abril de 2018, Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A em maio de 2018 e Energisa Soluções S/A liquidado em julho de 2018. OS contratos com a QMRA Participações S/A (créditos opção "C") e QMRA Participações S/A (1), Centrais Elétricas de Rondônia S/A foram liquidados em Dezembro de 2018.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (6)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	10.712	9.722	1.488	68.260
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	25.840	21.259	5.877	194.382
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	15.798	19.533	2.923	119.278
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	4.814	1.274	1.538	92
. Energisa Soluções S/A (*)	2.228	787	522	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	2.166	1.300	342	39
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	43.072	27.791	6.946	316.134
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	40.598	10.853	8.858	150.722
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	17.644	17.228	4.501	215.233
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A (5)	22.339	16.422	3.715	208.726
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	1.206	-	324	-
. QMRA Participações S/A	-	97.033	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	6.895	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	1.643	-	276	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	8	-	7	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aeroinspeção S/A	5	-	1	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	761	-	178	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	-	(916)	-	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	2	-	1	-
. Gipar S/A (2)	-	(11.791)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	24.945	-	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	146	6.230	116	-
. Companhia de Eletricidade do Acre	-	392	-	-
2018	188.982	248.957	37.613	1.272.866
2017	142.353	135.284	49.627	1.251.878

(*) Inclui serviços administrativos contratados.

- Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;
- Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2018, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$12.199, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 31 de dezembro de 2018 foram contabilizados R\$11.791 (R\$11.362 em 2017) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$8.133 que será reconhecido até agosto de 2019;
- Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;
- Inclui o valor de R\$814 (R\$32.544 em 2017) refere-se aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e recompradas pela controlada em 15 de janeiro de 2018 e R\$11.942 em 31 de dezembro de 2017 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;
- Em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações societárias pela ESS da EBB, EDEVEP, CNEE e CFLO, (vide nota explicativa nº1); e
- Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado é de R\$1.272.160 (R\$1.249.899 em 31 de dezembro de 2017) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$68.184; EPB - R\$194.159; ESE - R\$119.003; EMT - R\$316.133; ETO - R\$215.234, ESS - R\$208.726 e EMS R\$150.721 (EMG R\$67.153; EPB - R\$191.856; ESE - R\$117.589; EMT - R\$308.206; ETO - R\$211.002, ESS - R\$204.298 e EMS (R\$149.796).

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 monta em R\$705 (R\$2.183 em 2017).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração Anual ^(a)	7.809	4.732	74.126	69.718
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	999	978	7.000	6.393
Remuneração da Diretoria	5.093	2.751	43.194	24.003
Outros Benefícios ^(b)	739	675	12.035	17.111

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO de 24 de abril de 2018.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2018, foram de R\$121 e R\$1 na controladora e R\$192 e R\$2 no consolidado (R\$118 e R\$1 na controladora e R\$187 e R\$2 no consolidado em 2017), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$18 na controladora e R\$44 no consolidado (R\$15 na controladora e R\$41 no consolidado em 2017).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O Programa de concessões de ações, têm por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 244.980 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. Ao programa são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas.

O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) são de 3 anos, a partir da data da outorga em 02 de maio de 2018.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuaram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2018.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	244.980
Prazo de carência	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%
Volatilidade ^(b)	25,61%
Valor justo na data da outorga	R\$ 27,65

(a) Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No exercício de 2018, no consolidado, foram reconhecidos R\$1.502 decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de custos e despesas operacionais, sendo R\$322 referente aos custos da controladora e R\$1.180 das controladas.

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	143.533	256.779	438.182
Base negativa da contribuição social	-	51.672	94.733	173.317
Diferenças temporárias	-	-	1.022.872	788.537
Total - ativo não circulante	-	195.205	1.374.384	1.400.036

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	204.249	475	3.204.915	1.379.931
Contribuição Social	73.529	172	1.153.769	496.775
Total - passivo não circulante	277.778	647	4.358.684	1.876.706
Total líquido - ativo e passivo não circulante	(277.778)	194.558	-	-

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	2018		2017	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	-	-	574.133	143.533
Base negativa da contribuição social	-	-	574.133	51.672
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	-	-
Outras exclusões/adições	1.700	578	(1.906)	(647)
Total	(816.993)	(277.778)	1.146.360	194.558
Total - Ativo Não Circulante	-	-	1.148.266	195.205
Total - Passivo Não Circulante	(816.993)	(277.778)	(1.906)	(647)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	2018		2017	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSLL	Base de Cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.027.119	256.780	1.752.729	438.182
Base negativa da contribuição social	1.052.590	94.733	1.925.744	173.317
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	629.406	213.998	610.525	207.579
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	888.905	302.228	469.730	159.708
Créditos fiscais - ágio (1)	265.453	90.254	290.586	98.799
Provisão ajuste atuarial	570.949	194.123	458.373	155.847
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	453.810	154.295	407.372	138.507
Marcação a mercado da dívida	118.536	40.302	11.456	3.896
Outras adições temporárias	81.385	27.671	71.180	24.201
Intangível - mais valia (2)	(7.728.320)	(2.627.629)	()	(581.515)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(188.407)	(64.058)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(918.172)	(312.178)	(644.026)	(218.969)
Ajustes a valor presente (4)	(2.575.562)	(875.691)	()	(911.413)
Marcação a mercados - derivativos	(445.379)	(151.429)	(121.502)	(41.311)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(137.959)	(46.906)	(170.303)	(57.903)
Outras exclusões temporárias	(7.172)	(2.437)	(4.519)	(1.537)
Total	(7.731.511)	(2.984.300)	477.973	(476.670)
Total - Ativo Não Circulante	5.088.153	1.374.384	5.997.695	1.400.036
Total - Passivo Não Circulante	(12.819.664)	(4.358.684)	(5.519.722)	(1.876.706)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$90.254 (R\$98.799 em 2017) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Inclui R\$1.941.743 de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de Ceron e Eletroacre, deduzido de R\$9.057 de amortização realizada no exercício.
- (3) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (4) Refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2019	99.215
2020	147.184
2021	96.531
2022	100.335
2023	96.959
2024 a 2027	834.160
Total	1.374.384

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro antes dos impostos	1.621.793	346.835
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(551.410)	(117.924)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	274.640	176.914
Efeitos de Prejuízos Fiscais Constituídos no Exercício (2)	-	213.944
Imposto de renda e contribuição social (3)	-	(2.191)
Créditos tributários baixados - constituídos em exercícios anteriores	(195.205)	-
Créditos tributários não constituído no exercício	(120.561)	(58.966)
Reconhecimento do limite fiscal de 30% incidente sobre o resultado auferido na combinação de negócio	119.295	-
Outras adições	(118)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(473.359)	211.777
Alíquota efetiva		29,19%
61,06%		

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro antes dos impostos	1.917.385	606.890
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(651.911)	(206.343)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	160.586	99.310
Redução do imposto de renda e adicionais - Efeitos PERT (1)	-	(29.105)
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não constituídos no exercício (2)	(124.849)	(63.060)
Efeitos de Prejuízos Fiscais Constituídos no Exercício (2)	-	186.483
Créditos tributários baixados - constituídos em exercícios anteriores	(195.205)	-
Imposto de renda e contribuição social (3)	163	(18.892)
Reconhecimento do limite fiscal de 30% incidente sobre o resultado auferido na combinação de negócio	119.295	-
Incentivo fiscal de inovação tecnológica - Lei do Bem (4)	20.978	-
Outros	(66.770)	(2.701)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(737.713)	(34.308)
Alíquota efetiva		38,47%
5,65%		

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$146.933 (R\$70.205 em 2017). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizou novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

- (2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia embora tenha apurado prejuízo fiscal de R\$124.849, não efetuou o reconhecimento contábil do mesmo, bem como realizou a baixa do saldo de R\$195.205 em face de que as projeções de resultados futuras não demonstrarem capacidade de realização, impactado pelas transferências de caixa para as novas aquisições, posição esta diferente do exercício anterior em que os estudos demonstravam recuperabilidade do ativo contabilizado. No exercício de 2017, foram reconhecidos o montante R\$213.944 de parte dos créditos fiscais de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro, dos quais, R\$195.205, foram suportados de acordo com as projeções futuras de seus resultados que demonstram a capacidade de realização e R\$18.739 foram utilizados no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT dos quais R\$2.669 utilizados pela própria Companhia e R\$16.070 foram transferidos para as controladas ESE, EPB e EBO. No consolidado inclui créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro constituídos no exercício pelas controladas, Denerge (R\$3.944), EEVP (R\$475) e Rede Energia Participações, que reverteu o valor de R\$31.880, constituídos no exercício de 2016, por não possuir expectativa de realização.
- (3) No exercício de 2017 a Companhia e suas controladas efetuaram recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) e a desistência de processos que se encontravam em discussões judiciais referente a assuntos tributários de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos os débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro registrados no exercício de R\$2.191 na controladora e R\$18.892 no consolidado.
- (4) Refere-se ao incentivo fiscal dedutível do imposto de renda originados de recursos aplicados nos projetos de P&D, aprovados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

16. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as distribuidoras controladas diretas e indiretamente passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$295.119 (R\$211.384 em 2017).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldos 2017	Saldos de Aquisição	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos 2018
Energisa Minas Gerais (EMG)	15.782	-	7.375	(12)	646	23.791
Energisa Paraíba (EPB)	464.587	-	67.143	(1.468)	17.965	548.227
Energisa Sergipe (ESE)	396.701	-	18.364	(3.550)	517	412.032
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.149	-	179	(36)	117	3.409
Energisa Borborema (EBO)	55.615	-	5.720	(62)	2.087	63.360
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	-	165.025	(28.422)	154.900	2.118.843
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	-	240.711	(19.237)	33.099	1.152.116
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	-	140.188	(9.587)	80.630	915.844
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	-	4.882	(21)	1.503	45.348
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	15.700	1.320	-	(1.601)	15.419
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	-	6.438	-	(22)	(3.396)	3.020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	9.565	-	87.136	-	4.468	101.169
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	6.787	-	98.564	-	4.158	109.509
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A (1)	-	-	3.162	-	26	3.188
	4.420.666	22.138	839.769	(62.417)	295.119	5.515.275

	Saldo 2016	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Ativo Financeiro Indenizável da concessão	Incorporação	Saldo 2017
Energisa Minas Gerais (EMG)	12.075	3.356	(3)	354	-	-	15.782
Energisa Paraíba (EPB)	425.000	24.935	(5.299)	2.783	17.168	-	464.587
Energisa Sergipe (ESE)	345.783	21.494	(13)	29.437	-	-	396.701
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.046	33	(19)	89	-	-	3.149
Energisa Borborema (EBO)	47.949	5.573	(441)	846	1.688	-	55.615
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.640	433.949	(27.269)	93.020	-	-	1.827.340
Energisa Tocantins (ETO)	704.017	197.786	(26.217)	21.957	-	-	897.543
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	585.801	73.781	2.171	42.860	-	-	704.613
Energisa Sul Sudeste (ESS) (*)	12.572	4.580	-	739	-	21.093	38.984
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (*)	8.331	-	-	63	-	(8.394)	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (*)	5.854	3	-	37	-	(5.894)	-
Companhia Força e Luz do Oeste (*)	1.527	3	-	19	-	(1.549)	-
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (*)	5.203	-	-	53	-	(5.256)	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	-	9.413	-	152	-	-	9.565
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	-	6.668	-	119	-	-	6.787
	3.484.798	781.574	(57.090)	192.528	18.856	-	4.420.666

- (1) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no exercício em R\$188.862 (R\$16.081 em 2017).
- (2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 e 11 de abril de 2018, através das notas técnicas nº 68/2018, nº 65/2018 e nº 86/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão gerando complemento nas controladas EMT R\$98.341, EMS R\$31.987 e um decréscimo da controlada ESE R\$13.377, respectivamente, contabilizado no exercício.
- (*) Incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participação em controladas	7.085.524	4.194.291	-	-
Outros	9.979	9.979	52.184	49.177
Total	7.095.503	4.204.270	52.184	49.177

Participação em controladas:

2018									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	909.753	633.848	275.905	36.228	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.227	1.843.730	1.497.379	346.351	92.535	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.441.918	1.629.194	812.724	238.215	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	307.974	179.244	128.730	30.958	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	212.636	126.594	86.042	9.351	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT)	-	-	-	-	-	-	-	152.465	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	87,61	117.540.239	828.374	3.281.883	2.198.142	1.083.741	53.151	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	90,00	3.773.054	3.412.143	7.372.163	6.545.242	826.921	(137.695)	(123.926)	744.229
Geração								(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	100	8.359	8.359	4.280	42	4.238	(166)	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.748	1.748	2.210	954	1.256	40	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.004	1.004	318	-	318	(11)	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	58	49	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	57	48	1	-	1	(11)	(11)	1
Transmissão								2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissão de Energia S/A S/A	100	31.993	31.993	473.424	328.348	145.076	(938)	(938)	31.154
Comercialização								17.883	18.476
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	100	5.119	5.119	170.495	152.019	18.476	17.883	17.883	18.476
Prestação de Serviços								(14.470)	118.589
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	176.933	64.327	112.606	(13.942)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.312	6.313	3.277	343	2.934	(1.515)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	6.821	1.584	5.237	1.694	987	3.051
Holdings e demais companhias								334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.800	-	1.800	(77)	(77)	1.800
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.726.483	561.230	1.165.253	217.970	217.917	1.164.971
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	-	-	-	-	-	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*)	87,70	427.958	4.879.167	2.451.804	27.196	2.424.608	(19.911)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	160.877
Total								807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

2017									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	898.301	624.812	273.489	29.227	29.227	273.489
Energisa Sergipe (ESE)	100	196	400.475	1.782.228	1.400.345	381.883	138.997	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.232.644	1.400.617	832.027	232.570	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	100	293	78.159	352.561	226.057	126.504	30.739	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	234.985	148.117	86.868	5.427	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT)	8,94	19.026	1.514.569	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)	(1.158)	199.901
Geração								(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.644	178	3.466	(117)	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.621	1.621	1.186	12	1.174	100	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	100	989	989	320	-	320	(16)	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	38	38	2	-	2	(6)	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Transmissão								(887)	15.047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	9.934	1.123	8.811	(495)	(495)	8.811
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	7.025	789	6.236	(392)	(392)	6.236
Comercialização								17.544	17.831
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	100	5.119	5.119	151.758	133.927	17.831	17.544	17.544	17.831
Prestação de Serviços								2.706	101.507
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	159.795	66.028	93.767	2.025	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	4.842	372	4.470	(1.244)	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	58,3	1.686	4.109	7.202	1.587	5.615	2.045	1.925	3.271
Holdings e demais companhias								80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	-	-	-	-	(33)	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.919	12	1.907	41	41	1.907
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.635.495	552.308	1.083.187	44.520	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,56	608.344	2.777.404	4.182.729	1.160.441	3.022.288	140.251	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	175.995
Total								520.334	4.194.291

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2017	Aquisição/Adiant. Futuro aumento de capital	Investimentos Adquiridos	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	ORA	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2018
Distribuição de Energia Elétrica	1.900.672	1.060.068	1.333.257	78.546	-	(864.947)	(649.146)	2.602	482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	273.489	-	-	76	-	-	(34.862)	974	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	381.883	-	-	453	-	-	(126.646)	(1.872)	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	832.027	-	-	1.299	-	-	(261.054)	2.236	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	126.504	-	-	42	-	-	(29.383)	610	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.868	-	-	19	-	-	(10.852)	654	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	199.901	567.418	-	131.512	-	(864.947)	(186.349)	-	152.465	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	-	238.806	693.680	(29.589)	-	-	-	-	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	253.844	639.577	(25.266)	-	-	-	-	(123.926)	744.229
Geração de Energia Elétrica	4.964	1.026	-	-	-	-	-	5	(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	3.466	933	-	-	-	-	-	5	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	1.174	42	-	-	-	-	-	-	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	320	9	-	-	-	-	-	-	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Transmissora de Energia Elétrica	15.047	127.292	-	20	-	-	-	(56)	2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	8.811	65.933	(17.000)	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	6.236	58.280	(13.000)	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	2.943	(1.992)	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissora de Energia S/A	-	136	31.992	20	-	-	-	(56)	(938)	31.154
Comercialização de Energia Elétrica	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Energisa Comercializadora	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Prestação de Serviços	101.507	32.819	-	81	-	-	(1.140)	(208)	(14.470)	118.589
Energisa Soluções	93.766	32.819	-	81	-	-	-	(120)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	4.470	-	-	-	-	-	-	(21)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	3.271	-	-	-	-	-	(1.140)	(67)	987	3.051
Holdings e demais Companhias	1.978.275	326	-	272.843	(59.069)	864.947	(53.516)	(45.047)	334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	1.907	-	-	-	-	-	(30)	-	(77)	1.800
Denerge S/A	1.082.924	(3)	-	2.355	(59.069)	-	(53.486)	(25.667)	217.917	1.164.971
Rede Energia S.A.	893.442	318	-	693	-	(1.028.566)	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*) (3)	2	11	-	269.795	-	1.893.513	-	(19.380)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas	175.995	-	-	-	-	-	-	-	(15.118)	160.877
Total	4.194.291	1.221.531	1.333.257	351.529	(59.069)	-	(720.982)	(42.801)	807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

- (1) Refere-se a ganho apurado na aquisição de participação acionária minoritária em leilão de oferta pública de ações realizada em 16 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, tendo sido adquiridas 65.740.888 ações do capital social da controlada EMT pelo montante de R\$567.418 (R\$566.161 líquido de taxas, emolumentos, e comissões aplicáveis) resultando em um ganho de R\$131.513 registrado diretamente do patrimônio líquido na rubrica de transações com sócios. Adicionalmente, foram adquiridas ações da Denerge e Rede Energia no montante de R\$319, resultando em um ganho de R\$2.656 também reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. R\$377 e R\$1.138 referente a Reserva de Incentivo Fiscais - reflexo das empresas ESE e EPB.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 36, que no exercício montou em R\$43.873, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.
- (3) A controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), nova denominação social da Energisa Geração de Energia S/A é uma sociedade de propósito específico criada para participação no capital de outras sociedades por interesse da controladora Energisa S/A para aprimorar a estrutura societária do grupo. Atualmente, a EPM detém participação de ações ordinárias de emissão da Rede Energia, representativas de 29,57% (vinte e nove virgula cinquenta e sete por cento) do capital social total da Rede Energia ("Ações Rede

Energia”); e ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da EMT, representativas de 39,82% (trinta e nove vírgula oitenta e dois por cento) do capital social total da EMT (“Ações EMT”).

Em 28 de dezembro de 2018, a EPM recebeu aporte primário de R\$600.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário, cuja participação é representativa de 12,3% do capital social da EPM. Como resultado da operação, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 92,7% (ante 96,3%) do capital social total da Rede Energia e 88,4% (ante 95,3%) do capital social total da EMT.

Destaca-se que os direitos e obrigações dos acionistas da Energisa Participações, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes.

Dentre outras avenças próprias de documentos dessa natureza, o Acordo de Acionistas assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais do acionista minoritário. Não há opção de venda que obrigue a Companhia a adquirir a parcela minoritária em todo ou em parte.

Nova aquisição de combinação de negócios - distribuidoras de energia elétrica.

Em leilão realizado no dia 30 de agosto de 2018 e de acordo com as regras contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), a Energisa adquiriu 90% do capital social das Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e 87,61% da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”), das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). Os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia foram de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre.

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 30 de outubro de 2018, a aquisição de 2.599.666.099 ações ordinárias de emissão da Ceron, representativas dos 90,0% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre a Energisa e a Eletrobrás.

Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas da Ceron, com a Eletrobrás e realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando aumento de capital no montante de R\$282.049 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e previsto na aquisição de R\$253.844), ao preço de R\$0,21633448 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Energisa subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Ceron, em 1º de março de 2019, no montante de R\$ 27.834, passando a deter 95,43% da Ceron.

E em 6 de dezembro de 2018, após cumprir todas as condicionantes, a Companhia concluiu também a aquisição da Eletroacre com o recebimento de 117.538.360.880 ações de emissão dessa distribuidora (86.020.249.480 ordinárias e 31.518.111.400 preferenciais), representativas de 87,61% do capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado naquela data entre a Energisa e a Eletrobras. Na mesma data a Companhia também firmou Acordo de Acionistas da Eletroacre, com a Eletrobrás e e aprovou aumento de capital no montante de R\$274.374 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e prevista na aquisição de R\$238.806), ao preço de R\$ 0,00254489 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Eletroacre, em 1º de março de 2019, no montante de R\$35.264, passando a deter 93,58% da Eletroacre.

Vale ressaltar que, nos termos do Edital, a Eletrobrás terá o direito de realizar aumento de capital em até seis meses após a liquidação do leilão de forma a aumentar sua participação societária no capital social das duas distribuidoras em até 30%.

Adicionalmente, nas datas de 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, a Ceron e a Eletroacre, respectivamente, assinaram os contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica com a União, nos termos da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Com essas aquisições, a Energisa passou a deter controle de onze concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A Administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade, perdas, inadimplência e também o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, trazendo benefícios para seus consumidores. A Companhia mantém o compromisso de alocação prudente de capital, buscando geração de valor para seus acionistas e a sustentabilidade do negócio.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Durante este período, a Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em R\$9.620 de gastos com aquisição das empresas.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	CERON	Eletroacre	Total
Valor justo dos ativos adquiridos	710.640	791.782	1.502.422
% de participação	90,00%	87,61%	
Valor da participação	639.576	693.681	1.133.257
Valor da aquisição	137.548	26.147	163.695
Resultado auferido na combinação de negócio	502.028	667.534	1.169.562

Resultado auferido na combinação de negócios:

Nas aquisições de combinação de negócios de Ceron e Eletroacre realizadas pela Companhia de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, foram auferidos resultados no montante de R\$1.169.562, reconhecidos na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado, em contrapartida de outras receitas operacionais - resultado auferido na combinação de negócios na demonstração do resultado do exercício. O resultado auferido na aquisição decorre, principalmente, das perspectivas de apuração de resultados com o incremento de receitas provenientes do crescimento da região, que ainda tem restrições de atendimento de energia elétrica, na redução de custos operacionais e nos investimentos estratégicos a serem realizados.

Além da sinergia geográfica com a controlada Energisa Mato Grosso, as duas distribuidoras tem muitas similaridades com outras duas concessionárias do Grupo, como a concentração de cliente por quilômetro de rede e passou a deter o “corredor noroeste” que liga os estados que fazem divisa e que vão do Acre, passa por Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o estado de Tocantins.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$467.403, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Apuração do valor justo

Mais Valia dos ativos intangíveis

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Energisa passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na aquisição do controle acionário. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$5.737.649; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$1.950.801; e (c) outros passivos circulantes no montante de R\$467.403 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias), totalizando R\$3.319.445, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente do resultado auferido.

Controladas	Custo do Intangível e imobilizado	Custo atribuído as contingências	Tributos	Efeito no Patrimônio Líquido
Ceron	3.851.936	(437.451)	(1.309.659)	2.104.826
Eletroacre	1.885.713	(29.952)	(641.142)	1.214.619
Sub total	5.737.649	(467.403)	(1.950.801)	3.319.445

Segue as demonstrações financeiras das empresas adquiridas com posição na data da aquisição, Ceron em 30 de outubro de 2018 e Eletroacre em 06 de dezembro de 2018.

	Ceron	Eletroacre
Caixa e equivalente de caixa	11.715	14.999
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.554	8.520
Clientes, consumidores e concessionárias	522.083	226.731
Estoques	16.466	1.604
Tributos a recuperar	79.016	17.129
Outros ativos circulante	193.668	72.668
Cauções e depósitos vinculados	217.841	7.953
Contas a receber da concessão	15.700	6.438
Ativos financeiros setoriais	1.037.577	254.228
Intangível, imobilizado e ativo contratual - infraestrutura em construção	5.101.109	2.421.759
Fornecedores	1.700.096	360.870
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	977.705	588.685
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	1.606.836	302.875
Passivos financeiros setoriais	144.662	50.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.293.606	732.522
Outros passivos	795.184	204.979
Participação de acionistas não controladores	71.064	98.101

As empresas adquiridas contribuíram com uma receita líquida de R\$240.038 e prejuízo do período de R\$119.268 desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2018 para o resultado consolidado da Companhia.

Controladas	Saldo em 2016	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2017
Distribuição de Energia Elétrica	1.727.766	-	458	-	-	(233.901)	(29.453)	435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	267.785	-	-	-	-	(22.241)	(1.282)	29.227	273.489
Energisa Sergipe (ESE)	313.347	-	-	-	-	(50.241)	(20.220)	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	745.602	-	-	-	-	(138.632)	(7.513)	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	115.571	-	-	-	-	(19.806)	-	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	82.557	-	-	-	-	(1.289)	173	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	202.904	-	458	-	-	(1.692)	(611)	(1.158)	199.901
Geração de Energia Elétrica	4.075	978	-	-	-	-	-	(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	2.801	782	-	-	-	-	-	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	948	126	-	-	-	-	-	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	321	15	-	-	-	-	-	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	1	7	-	-	-	-	-	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Transmissora de Energia Elétrica	-	15.934	-	-	-	-	-	(887)	15.047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	9.306	-	-	-	-	-	(495)	8.811
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	6.628	-	-	-	-	-	(392)	6.236
Comercialização de Energia Elétrica	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Prestação de Serviços	84.461	14.831	2	-	-	(1.967)	1.474	2.706	101.507
Energisa Soluções	75.301	15.000	-	-	-	-	1.440	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	5.893	(179)	-	-	-	-	-	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	3.267	10	2	-	-	(1.967)	34	1.925	3.271
Holdings e demais Companhias	2.004.194	3.314	4.037	(89.453)	-	(13.940)	(10.253)	80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	(104)	-	-	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	1.760	12	-	-	104	(10)	-	41	1.907
Denerge S/A	1.141.347	-	3.425	(89.453)	-	(5.956)	(7.096)	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S.A.	860.950	3.302	612	-	-	(7.974)	(3.157)	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas	191.113	-	-	-	-	-	-	(15.118)	175.995
Total	4.016.090	35.057	4.497	(89.453)	-	(254.044)	(38.190)	520.334	4.194.291

- (1) Ganho/perda em transações com controladas em 31 de dezembro de 2017, contabilizada diretamente no patrimônio líquido.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 36, que no exercício montou em R\$89.453, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

						Total	
	EMT	ETO	EMS	Ceron	Eletroacre	2018	2017
Amortização no exercício	(63.867)	(63.634)	(71.409)	(21.400)	(5.238)	(225.548)	(198.910)
IR e CSSL	21.715	21.636	24.279	7.276	1.781	76.687	67.630
Amortização Líquida de tributos	(42.152)	(41.998)	(47.130)	(14.124)	(3.457)	(148.861)	(131.280)

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

2018					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	77,07	2.502.695	1.729.365	773.330	57.261
Energisa Mato Grosso	73,38	7.206.607	5.063.042	2.143.565	386.422
Energisa Mato Grosso do Sul	92,58	3.779.625	2.530.962	1.248.663	124.129
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	92,12	1.915.387	1.344.037	571.350	111.156
Multi Energisa Serviços S/A	92,66	24.875	16.050	8.825	4.590
QMRA Participações S.A.	92,62	2.350	156	2.194	(74.209)
Rede Power do Brasil S.A.	92,62	526.927	58.864	468.063	48.067
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	92,66	18.289	197.828	(179.539)	(7.533)

2017					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,80	2.241.115	1.412.235	828.880	39.811
Energisa Mato Grosso	55,51	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)
Energisa Mato Grosso do Sul	96,18	3.558.377	2.275.413	1.282.964	58.141
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,28	1.758.422	1.158.409	600.013	69.190
Multi Energisa Serviços S/A	96,26	40.621	28.894	11.727	4.348
QMRA Participações S.A.	96,25	79.923	49.870	30.053	3.902
Rede Power do Brasil S.A.	96,25	577.742	70.946	506.796	45.007
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,26	131.333	303.339	(172.006)	(5.372)
Vale Do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	96,25	1.288	-	1.288	(127)

18. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2017	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 2018
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	16	-	590	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	23.766	-	3.582	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,50%	17.137	-	5.180	-	22.317
Veículos	14,29%	16.396	-	720	-	17.116
Móveis e utensílios	7,97%	15.142	-	435	-	15.577
Total do imobilizado em serviço		72.457	-	10.507	-	82.964
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(1.661)	-	(387)	(837)	(2.885)
Máquinas e equipamentos		(5.350)	-	-	(2.487)	(7.837)
Veículos		(8.576)	-	-	(1.299)	(9.875)
Móveis e utensílios		(12.756)	-	-	(341)	(13.097)
Total Depreciação acumulada		(28.343)	-	(387)	(4.964)	(33.694)
Subtotal Imobilizado		44.114	-	10.120	(4.964)	49.270
Imobilizado em curso		4.671	7.247	(10.120)	-	1.798
Total do Imobilizado		48.785	7.247	-	(4.964)	51.068

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,33%	5.291	-	19.402	(927)	-	23.766
Máquinas e equipamentos	13,39%	8.977	-	8.160	-	-	17.137
Veículos	13,57%	8.450	-	7.946	-	-	16.396
Móveis e utensílios	6,95%	13.764	-	1.378	-	-	15.142
Total do imobilizado em		36.498	-	36.886	(927)	-	72.457
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.333)	-	-	855	(183)	(1.661)
Máquinas e equipamentos		(4.023)	-	-	-	(1.327)	(5.350)
Veículos		(7.930)	-	-	-	(646)	(8.576)
Móveis e utensílios		(12.385)	-	-	-	(371)	(12.756)
Total Depreciação acumulada		(26.671)	-	-	855	(2.527)	(28.343)
Subtotal Imobilizado		9.827	-	36.886	(72)	(2.527)	44.114
Imobilizado em curso		8.505	33.052	(36.886)	-	-	4.671
Total do Imobilizado		18.332	33.05	-	(72)	(2.527)	48.785

	Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização o/ Depreciação	Saldo 2018
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	1.448	512	-	590	-	-	2.550
Reservatório, Barragens e Adutoras	3,05%	2.792	-	-	-	(18)	-	2.774
Edificações e benfeitorias	3,27%	35.905	18.850	-	4.141	(75)	-	58.821
Máquinas e equipamentos	13,72%	176.775	31.431	-	71.783	(721)	-	279.268
Veículos	14,26%	64.341	6.013	-	4.362	(441)	-	74.275
Móveis e utensílios	7,54%	65.193	7.515	443	10.571	(1)	-	83.721
Total do Imobilizado em Serviço		346.454	64.321	443	91.447	(1.256)	-	501.409
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(818)	-	-	-	18	(24)	(824)
Edificações e benfeitorias		(5.806)	(14.567)	-	(375)	26	(1.250)	(21.972)
Máquinas e equipamentos		(99.578)	(21.748)	-	(31.138)	209	(22.806)	(175.061)
Veículos		(30.943)	(5.475)	-	42	420	(7.748)	(43.704)
Móveis e utensílios		(45.977)	(5.385)	-	(4.462)	1	(2.456)	(58.279)
Total Depreciação acumulada		(183.122)	(47.175)	-	(35.933)	674	(34.284)	(299.840)
Subtotal Imobilizado		163.332	17.146	443	55.514	(582)	(34.284)	201.569
Imobilizado em curso		14.804	-	48.753	(55.514)	-	-	8.043
Total do Imobilizado		178.136	17.146	49.196	-	(582)	(34.284)	209.612

(*) O montante de R\$582 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização / Depreciação	Saldo 2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Software	20,00%	23	-	-	(23)	-	-
Terrenos	-	1.448	-	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,60%	2.191	-	609	(8)	-	2.792
Edificações e benfeitorias	2,94%	16.976	-	19.566	(637)	-	35.905
Máquinas e equipamentos	12,40%	150.106	12.883	21.628	(7.842)	-	176.775
Veículos	13,30%	86.480	-	17.278	(39.417)	-	64.341
Móveis e utensílios	6,23%	55.719	6.678	2.956	(160)	-	65.193
Total do Imobilizado em Serviço		312.943	19.561	62.037	(48.087)	-	346.454
Depreciação acumulada:							
Software		(20)	-	-	20	-	-
Reservatório, Barragens e Adutoras		(812)	-	-	4	(10)	(818)
Edificações e benfeitorias		(5.995)	(51)	(164)	855	(451)	(5.806)
			(13.605)	-	3.174	(9.050)	
Máquinas e equipamentos		(80.097)	-	-	-	-	(99.578)
Veículos		(60.891)	(385)	-	37.154	(6.821)	(30.943)
Móveis e utensílios		(38.011)	(5.809)	-	41	(2.198)	(45.977)
Total Depreciação acumulada		(185.826)	(19.850)	(164)	41.248	(18.530)	(183.122)
Subtotal Imobilizado		127.117	(289)	61.873	(6.839)	(18.530)	163.332
Imobilizado em curso		15.296	61.381	(61.873)	-	-	14.804
Total do Imobilizado		142.413	61.092	-	(6.839)	(18.530)	178.136

(*) Das adições no montante de R\$61.092, R\$289 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado.

(**) O montante de R\$6.839 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19. Intangível

19.1 Intangível - controladora

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2017	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 2018
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.147	-	10.229	-	27.376
Amortização Acumulada		(10.118)	-	-	(3.912)	(14.030)
Subtotal		7.029	-	10.229	(3.912)	13.346
Em Curso		4.520	6.050	(10.229)	-	341
Total Geral		11.549	6.050	-	(3.912)	13.687

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2016	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 2017
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.016	-	131	-	17.147
Amortização Acumulada		(7.417)	-	-	(2.701)	(10.118)
Subtotal		9.599	-	131	(2.701)	7.029
Em Curso		-	4.651	(131)	-	4.520
Total Geral		9.599	4.651	-	(2.701)	11.549

19.2 Intangível e Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização / Depreciação (**)	Saldo 2018
Intangível em Serviço								
Custo:	10,86%	16.079.66	8.147.85			(209.613)		25.124.70
		5	0	38.243	1.068.557		-	2
		(8.297.45)	(763.061)				(1.203.857)	(10.032.26)
Amortização Acumulada		8))	-	(75.402)	307.510)	8)
Subtotal		7.782.20	7.384.7	-	993.155	97.897	(1.203.857)	15.092.43
Em Curso		8.127	-	8.498	(12.272)	-	-	4.353
Total Intangível		7.790.33	7.384.7	46.741	980.883	97.897	(1.203.857)	15.096.78
(-) Obrigações vinculadas à concessão		4	89	46.741	980.883	97.897	7)	7
Em Serviço								
Custo	3,80%	3.722.038	476.086	-	408.488	-	-	4.606.612
		(2.028.53)						(2.378.095)
Amortização Acumulada		9)	(77.911)	1.079	(110.565)	42.516	(204.675))
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.693.49	9	398.175	1.079	297.923	42.516	(204.675)
		6.096.83	6.986.6	1.079	297.923	42.516	(204.675)	2.228.517
Subtotal Intangível		5	14	45.662	682.960	55.381	(999.182)	12.868.27
Ativo contratual - infraestrutura em construção (***)		0	22	67	-	6)	(999.182)	1
Em construção		840.185	536.753	1.750.34		(797.172)		1.651.479
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão				4	(678.631)		-	
Em construção		197.120	17.645	241.339	4.329	(146.265)		314.168
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		643.065	519.108	1.509.0	(682.960)	(650.907)	-	1.337.311
		6.739.90	7.505.7	1.554.6	-	(595.527)	-	14.205.58
Total Intangível		0	22	67	-	6)	(999.182)	1

(*) Das baixas no montante de R\$595.526, R\$650.907, refere-se as transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$97.897 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, R\$42.516 refere-se à amortização da provisão das incorporações de rede da controlada indireta Centrais Elétricas de Rondônia S/A..

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$650.907 (R\$765.493 em 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$35.554 (R\$36.118 em 2017) e R\$24 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.

(***) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	CONSOLIDADO						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização o/ Depreciação o (**)	Saldo 2017
Intangível em Serviço							
Custo	11,47%	14.651.198	-	1.648.921	(220.454)	-	16.079.665
Amortização Acumulada		(6.867.309)	14.703	(687.133)	162.992	(920.711)	(8.297.458)
Subtotal		7.783.889	14.703	961.788	(57.462)	(920.711)	7.782.207
Em Curso		1.166.531	1.926.805	(1.196.033)	(1.048.991)	-	848.312
Total		8.950.420	1.941.508	(234.245)	(1.106.453)	(920.711)	8.630.519
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,91%	2.819.616	213	902.209	-	-	3.722.038
Amortização Acumulada		(1.219.826)	-	(673.522)	-	(135.191)	(2.028.539)
Subtotal		1.599.790	213	228.687	-	(135.191)	1.693.499
Em Curso		327.810	615.740	(462.932)	(283.498)	-	197.120
Total Obrigações Vinculadas à concessão		1.927.600	615.953	(234.245)	(283.498)	(135.191)	1.890.619
Total Geral		7.022.820	1.325.555	-	(822.955)	(785.520)	6.739.900

(*) Das baixas no montante de R\$822.955, R\$765.493, refere-se as transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão e R\$57.462 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$765.493 (R\$527.173 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$36.118 (R\$33.935 em 2016).

(**) Inclui, R\$15.780 da controlada indireta EMT de despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto Comodoro.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,86% (11,47% em 2017).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2018	2017
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.855.868	3.584.197
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.661.740	1.192.783
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	571.959	306.022
Reserva para reversão ⁽³⁾	9.206	9.972
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	310.467	296.465
(-) Amortização acumulada	(2.378.095)	(2.028.539)
Total	4.031.145	3.360.900
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.488.460	1.470.281
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.228.517	1.693.499
Ativo contratual - infraestrutura em construção e Intangível em curso	300.166	197.120
Receitas de Ultrapassagem	14.002	-
Total	4.031.145	3.360.900

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais (CVA). As controladas diretas e indiretas da Energisa já passaram pelo 4º ciclo de revisão tarifária.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	2018	2017
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	67.358	67.358
Amortização acumulada	(539.921)	(500.178)
Subtotal	364.038	403.781

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	403.781	443.524
Amortização no exercício	(39.743)	(39.743)
Saldo final	364.038	403.781

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027).

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$203.159 (R\$233.940 em 2017).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$115.931 (R\$125.788 em 2017). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2017). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$29.432 realizada até 31 de dezembro de 2018.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da

contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2019 e 2020	34.576	8.374
2021 e 2022	74.289	16.745
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 em diante	26.966	-
Total	364.038	69.075

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	3.653	2.604
CCEE ^(1 e 2)	-	-	157.619	286.417
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	873.138	935.623
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	59.801	49.795
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	19.008	8.004
Encargo de serviços do sistema ⁽²⁾	-	-	31.628	11.716
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	16.043	15.670
Petrobras ⁽³⁾	-	-	55.397	-
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	3.227	7.069	512.191	204.209
Total	3.227	7.069	1.728.614	1.514.174
Circulante	2.962	7.069	1.653.312	1.418.407
Não Circulante	265	-	75.302	95.767

- (1) O passivo da CCEE ao final dos anos de 2017 e 2018 é composto basicamente dos custos relativos aos meses de novembro e dezembro do respectivo ano. A redução do passivo se deve, principalmente à queda do PLD (Preço da Liquidação das Diferenças), de R\$425 em novembro de 2017 (média dos submercados) para R\$123 em novembro de 2018 e de R\$234 em dezembro de 2017 para R\$70 em dezembro de 2018. Além da expressiva queda de preço, outro fator que contribuiu para a redução do passivo da CCEE foi o aumento do GSF, que foi de 66,8% e 79,3% em novembro e dezembro de 2017, respectivamente, para 78,8% e 99,4% em novembro e dezembro de 2018. O aumento do GSF e a redução do PLD contribuíram para a redução dos valores a serem pagos pelas distribuidoras de Risco Hidrológico (Cotas de Garantia Física, Itaipu e Repactuado), além do PLD mais baixo influenciar diretamente no custo da energia comprada no curto prazo, que teve menor volume nos dois últimos meses de 2018 em relação ao mesmo período de 2017.
- (2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$78.031 (R\$195.078 em 2017), dos quais (R\$78.031 em 2017) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 2018 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$127.181 (R\$159.928 em 2017) e reconhecido R\$10.134 (R\$28.778 em 2017) de atualização financeira no consolidado.
- (3) Refere-se a dívida remanescente com a Petrobras referente a Contratos de Confissão de dívida - CCD junto a Petrobras como sendo: CCD1 celebrado em 31 de dezembro de 2014 oriundo da compra de combustível para produção de energia elétrica para o sistema isolado, no período de setembro de 2011 a junho de 2015, no montante de R\$247.526 parcelado em 120 parcelas; CCD2: contrato firmado em maio de 2018 com mesmo objeto do primeiro, referente ao fornecimento de combustível no período de novembro de 2014 a junho de 2015. O montante da dívida atualizada até 30 de novembro de 2018 era R\$426.034, sendo que conforme modelagem do leilão a Eletrobrás assumiria o montante de dívida de R\$370.995. O saldo devedor de R\$55.038 será assumido pela Eletroacre.
- (4) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos - Moeda nacional	-	-	4.701.681	3.805.459
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	464.977	82.700	3.454.162	1.728.549
Encargos de dívidas - Moeda nacional	-	-	72.801	53.473
Encargos de dívidas - Moeda estrangeira	2.331	563	16.256	10.535
(-) custos a amortizar - Moeda nacional	-	-	(984)	(7.865)
(-) custos a amortizar - Moeda estrangeira	-	-	(2.606)	(3.663)
Marcação a mercado de dívidas	2.054	214	19.314	11.456
Total	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Circulante	158.008	83.477	1.649.423	1.673.496
Não Circulante	311.354	-	6.611.201	3.924.448

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garant ias (*)
	2018	2017					
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Citibank (1)	-	83.263	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	18,77%	A
Resolução 4131 - Itau (1)	467.308	-	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	21,17%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.054	214	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	469.362	83.477					
Total Energisa S/A	469.362	83.477					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	10.802	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7.12%	R
Repasse BNDES I - ABC	2.759	8.299	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	8,92% a 10,82%	A
Repasse BNDES II - ABC	271	916	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	9,82% a 10,82%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	17.217	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	4.604	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.508	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	14.240	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	3.808	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.901	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES FINEM - Itau (1,5)	-	7.505	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	9,62% a 10,62%	A
FINAME - Itau BBA	10.926	13.650	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Parcelamento INERGUS	12.864	13.184	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	8,49%	F
Parcelamento INERGUS - Migração	127.118	-	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	9,53%	F
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	-	9.676	CDI + 1,65%	abr/18	Final	8,07%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	94.196	87.084	CDI + 1,65%	abr/19	Final	8,07%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(122)	(715)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	258.814	200.966					
Resolução 4131 - Itau BBA	-	105.389	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	20,62% a 21,66%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	326.955	254.053	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	abr/21	Final	20,19% a 21,63%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	134.004	41.396	Libor + 1,20% a 1,75% a.a.	jan/21	Final	20,67% a 21,22%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garant ias (*)
	2018	2017					
Resolução 4131 - Citibank (1)	43.146	-	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	20,29%	A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	14.031	-	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final	20,77%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(250)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	467	1.671	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	518.603	402.259					
Total Energisa Sergipe	777.41	603.22					
	7	5					

Energisa Paraíba

FIDC Grupo Energisa III	43.927	61.362	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES FINEM - Itaú (1,5)	-	14.923	TJLP + 2,90% a 4,00% a.a.	dez/23	Mensal	9,62% a 10,72%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	34.884	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	9.441	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	7.205	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	25.941	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	7.021	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	5.358	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
FINAME - Itaú	20.163	25.283	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 10,00%	A
Parcelamento FUNASA	3.843	4.192	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	9,69%	-
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	-	6.988	CDI + 1,65%	abr/18	Final	8,07%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	68.030	62.894	CDI + 1,65%	abr/19	Final	8,07%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(240)	(1.119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	135.723	264.373					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	98.814	184.890	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final	20,93%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	126.393	73.779	Libor + 0,73% a 2,16% a.a.	jan/21	Final	20,20% a 21,63%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	121.966	104.043	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	21,72%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	968	3.519	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	348.141	366.231					
Total Energisa Paraíba	483.86	630.60					
	4	4					

Energisa Minas Gerais

FIDC Grupo Energisa III	10.798	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	1.446	2.892	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	6,00%	R
Subtransmissão - Eletrobrás	-	70	7,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	7,00%	R
Repasse BNDES I - Itaú BBA	978	1.439	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	11,47%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	551	715	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	3,82%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	408	600	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	12,67%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	622	922	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	-	20.997	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	-	12.219	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
FINAME - Itaú BBA	8.583	10.864	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	2,50% a 10,00%	A
FINAME - CEF (6)	-	2.116	8,70% a.a. (Pré)	nov/21	Mensal	8,70%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	14.581	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	dez/23	Mensal	9,62% a 10,62%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	110.067	110.082	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	7,74%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.426	-	CDI + 0,70%	set/19	Final	7,12%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(48)	(313)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	153.831	192.273					
Resolução 4131 - Itaú BBA	34.876	60.703	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré)	jun/20	Final	20,93% a 21,98%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	120.775	89.051	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	mai/21	Final	20,19% a 21,63%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	337	1.372	-	-	-	-	-

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garant ias (*)
	2018	2017					
Total em Moeda Estrangeira	155.988	151.126					
Total Energisa Minas Gerais	309.819	343.399					

Energisa Nova Friburgo

FIDC Grupo Energisa III	2.880	4.024	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	52	155	7,00% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	7,00%	-
Repasse BNDES I - Itaú	380	566	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	11,47%	A
Repasse BNDES II - Itaú	211	286	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,82%	A
Repasse BNDES III - Itaú	158	236	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	12,67%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	251	377	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú (1,5)	-	2.040	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,82%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	-	1.036	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,53%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	-	4.466	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	-	2.685	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
FINAME - Itaú	901	1.115	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
BNDES Automático I - Itaú	-	725	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	11,37%	A
BNDES Automático II - Itaú	-	315	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	3,72%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	35.021	35.026	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,74%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(13)	(73)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	39.841	52.979					
Resolução 4131 - Itaú BBA III (1)	-	25.804	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	21,42%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	49.575	27.300	LIBOR + 0,65% a 1,62% a.a. (Pré)	set/22	Final	20,12% a 21,09%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	865	822	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	50.440	53.926					
Total Energisa Nova Friburgo	90.281	106.905					

Energisa Borborema

FIDC Grupo Energisa III	3.601	5.030	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES I - BNB	-	2.565	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	3,97%	A
Repasse BNDES II - BNB	-	7.233	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	10,62%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	2.630	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.187	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	1.909	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	8,06%	A
FINAME - Itaú BBA	1.880	2.351	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	-	1.077	CDI + 1,65%	abr/18	Mensal	8,07%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	10.488	9.696	CDI + 1,65%	mar/19	Mensal	8,07%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	4.085	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,82%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	2.194	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	9,53%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	40.024	40.030	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	7,74%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.426	-	CDI + 0,70%	set/19	Final	7,12%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(21)	(133)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	76.398	83.867					
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	20.624	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	21,98%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	23.906	20.370	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	20,44%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	163	327					
Total em Moeda Estrangeira	24.069	41.321					
Total Energisa Borborema	100.467	125.188					

Energisa Mato Grosso

FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.307	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.240	483.452	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%	R
CCB - Santander (1)	5.363	16.093	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%	R + A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	93.102	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garant ias (*)
	2018	2017					
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	85.858	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Nota Promissória 1ª Emissão (1)	-	252.778	105,5% CDI	out/18	Final	6,77%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	517.965	200.149	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,67% a 7,74%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(2.755)					
Total em Moeda Nacional	1.359.875	1.603.615					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	205.940	93.576	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	20,67% a 21,07%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	55.688	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	55.678	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	123.546	-	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	20,29%	A
BBM Loan - 4131 (1)	73.707	-	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	20,52%	A
J P MORGAN Loan (1)	103.664	-	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	20,52%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(766)	(1.006)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.650	1.886					
Total em Moeda Estrangeira	622.107	189.499					
Total Energisa Mato Grosso	1.981.982	1.793.114					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.414	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.504	220.602	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%	R
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	41.942	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	37.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	29.287	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	25.838	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(1.091)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	511.918	645.005					
Loan Citi - 4131 (1)	56.189	47.898	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	21,17%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	56.152	47.877	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	21,27%	A
Loan Citi - 4131 (1)	66.525	-	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	20,30%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(757)	(988)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.573	(57)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	179.682	94.730					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	691.600	739.735					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	13.027	18.324	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	R
Luz para Todos II - Eletrobrás	18.706	41.153	SELIC	out/19	Mensal	6,43%	R
CCB - Santander (1)	13.909	41.742	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%	R
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	65.697	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	28.856	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	47.462	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	20.848	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão (1)	315.566	151.667	105,50% a 110,0% CDI	set/19	Final	6,77% a 7,06%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(540)	(1.661)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	360.668	414.088					
Resolução 4131 - Itaú (1)	201.514	163.159	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	21,48%	R
Loan Citi - 4131 (1)	43.660	37.207	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	21,17%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	43.624	37.187	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	21,27%	A
Merrill lynch Loan	121.160	-	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	20,67%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(717)	(939)					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garant ias (*)
	2018	2017					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.355	1.469	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	412.596	238.083					
Total Energisa Tocantins	773.264	652.171					
Energisa Sul Sudeste							
CCB - Santander (1)	1.425	4.275	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%	R + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	-	43.812	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	-	29.111	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%	A
Nota Promissória - SAFRA (1)	10.615	10.903	CDI + 1,65%	fev/19	Final	8,07%	A
Total em Moeda Nacional	12.040	88.101					
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	25.804	4,29%a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	21,42%	A
Loan Citi - 4131 (1)	26.607	22.706	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	26.605	22.703	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%	A
Banco BBM 55722 Operação 4131	-	21.398	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	19,89%	A
Merrill Lynch Loan (1)	116.332	-	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	20,57%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	62.383	-	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	20,74%	A
Merrill Lynch Loan (1)	76.653	-	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	20,67%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(366)	(480)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.436	(8)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	312.650	92.123					
Total Energisa Sul Sudeste	324.690	180.224					
Energisa Rondônia							
CCEE - Eletrobrás	620.757	-	111,0% SELIC	out/22	Mensal	7,14%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	16.245	-	8,50% a.a pré	jun/21	Mensal	8,50%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	12.744	-	7,00% a.a pré	dez/26	Mensal	7,00%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	21.149	-	6,00% a.a pré	nov/25	Mensal	6,00%	R
Eletrobrás Recursos Ordinários	297.821	-	119,50% CDI + 0,5%	dez/24	Mensal	8,18%	R
Eletrobrás Recursos Ordinários	2.853	-	Selic + 0,50%	out/18	Mensal	6,93%	R
Total em Moeda Nacional	971.569	-					
Total Energisa Rondônia	971.569	-					
Energisa Acre							
CCEE - Eletrobrás	205.019	-	111,0% SELIC	jun/22	Mensal	7,14%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	218	-	6,00% a.a pré	set/24	Mensal	6,00%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	82.423	-	6,90% a.a pré	fev/20	Mensal	6,90%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	16.679	-	6,40% a.a pré	dez/17	Mensal	6,40%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	634	-	7,00% a.a pré	fev/19	Mensal	7,00%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	86.074	-	8,19% a.a pré	jul/22	Mensal	8,19%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	103.855	-	7,85% a.a pré	jul/22	Mensal	7,85%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	88.961	-	IPCA + 8,43% a.a	jun/21	Mensal	12,18%	R
Total em Moeda Nacional	583.863	-					
Merrill Lynch Loan (1)	351.794	-	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	13,23%	R + A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	703	-					
Total em Moeda Estrangeira	352.497	-					
Total Energisa Acre	936.360	-					
Energisa Soluções							
FINEP -	-	1.026	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	8,00%	A
FINAME - Itaú BBA	2.191	2.608	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(5)					
Total em Moeda Nacional	2.191	3.629					
Total Energisa Soluções	2.191	3.629					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	2.915	3.919	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	6,00%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garant ias (*)
	2018	2017						
FINAME - Itaú BBA	1.234	1.494	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	11,5 7%	a 11,6 3%	A
FINAME - Itaú BBA	3.329	3.794	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a	abr/22	Mensal	11,5 2%	a 11,5 9%	A
Total em Moeda Nacional	7.478	9.207						
Total Energisa Soluções Construções	7.478	9.207						
Energisa Comercializadora								
ITAU BBA - 4131 ECOM N° AGE923670	-	33.861	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	21,98%		-
SANTANDER - 4131 (+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	40.545	-	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	21,72%		-
	446	241						
Total em Moeda Estrangeira	40.991	34.102						
Total Energisa Comercializadora	40.991	34.102						
Rede Energia S.A.								
Credores "RJ" - Bicanco	5.326	4.925	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%		R
Credores "RJ" - BNB	11.741	10.859	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%		R
Total em Moeda Nacional	17.067	15.784						
Total Rede Energia S.A.	17.067	15.784						
Denerge								
FI-FGTS (Reestruturado)	278.125	273.391	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	4,00%		-
Total em Moeda Nacional	278.125	273.391						
Total Denerge	278.125	273.391						
Cia Téc.de Comercialização de Energia								
Credores "RJ" - BMG	4.097	3.789	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%		-
Total em Moeda Nacional	4.097	3.789						
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.097	3.789						
Em Moeda Nacional	4.773.498	3.851.067						
Em Moeda Estrangeira	3.487.126	1.746.877						
Energisa Consolidada	260.624	597.944						

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Receíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S.A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (vide nota explicativa Nº 22).

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Até 31 de dezembro de 2018 o montante liberado para o financiamento foi de R\$922.221 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	143.798
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	96.970
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	49.754
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	36.264
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	78.666
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	10.541
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	7.724
Total	922.221

Em 08 de fevereiro e 28 de março de 2018 foram liquidados antecipadamente os contratos conforme quadro abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	283.344
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	126.388
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	153.839
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	84.723
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	43.652
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	31.293
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	71.753
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	9.583
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	6.737
Total	811.312

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo 31 de dezembro de 2018. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 36 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (5) Em 15 de maio de 2018 as controladas diretas efetuaram liquidação antecipada junto a Banco Itaú no valor total de R\$42.551, conforme quadro abaixo.

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	13.516
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	6.426
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	13.568
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	6.025
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	3.016
Total	42.551

- (6) Em 15 de Maio de 2018 a EMG efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$13.568
- (7) Em 09 de Abril de 2018 a controlada indireta ESS captou junto ao Bank Of América N.A., R\$100.000 em moeda estrangeira com vencimento em 09/04/2020, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, o montante captado, destinou-se a liquidação antecipada de dívida e gestão de caixa da companhia. Em 30 de maio de 2018 a controlada indireta ETO captou junto ao Banco Itaú, R\$192.614 em moeda estrangeira com vencimento em 30/05/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, destinado ao pagamento de dividendos e dívida.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$99.734 (R\$147.271 em 2017), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2018	2017
US\$ x R\$	17,13%	1,50%
TJLP	6,72%	7,12%
SELIC	6,43%	9,85%
CDI	6,42%	9,94%
IPCA	3,75%	2,95%
IGP-M	7,55%	-0,53%
LIBOR	2,34%	1,30%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	0,00%	0,60%
IPC-FIPE	2,99%	2,26%
Euro	11,83%	0,00%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	155.677	1.663.751
2021	155.677	2.362.578
2022	-	735.210
2023	-	291.272
Após 2023	-	1.558.390
Total	311.354	6.611.201

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos em 2017 e 2016	83.477	162.893	5.597.944	5.394.110
Saldo de Aquisição	-	-	1.566.390	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	436.800	-	3.126.932	1.790.920
Custos Apropriados	-	-	(2.225)	(5.336)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	47.393	3.591	791.919	443.507
Marcação Mercado da Dívida	1.840	844	8.560	(14.117)
Pagamento de principal	(87.443)	(79.618)	(2.469.370)	(1.638.458)
Pagamento de juros	(12.705)	(4.233)	(359.526)	(372.682)
Saldos em 2018 e 2017	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Circulante	158.008	83.477	1.649.423	1.673.496
Não circulante	311.354	-	6.611.201	3.924.448

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Empresas	Contratos	2019	2020	2021 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	24	-	49
	Banco ABC Repasse BNDES	3	-	-	3
	Banco SAFRA	70	-	-	70
		98	24	-	122
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	97	97	-	194
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	46	-	-	46
		143	97	-	240
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	24	-	48
		24	24	-	48
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	7	6	-	13
		7	6	-	13
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	7	-	15
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	6	-	-	6
		14	7	-	21
ETO	Banco Santander	13	-	-	13
	Banco Citibank	189	189	268	646
	Banco Citibank - EDC	21	21	29	71
	Nota promissória 3ª Emissão	527	-	-	527
		750	210	297	1.257
ESS	Banco Citibank	94	94	141	329
	Banco Citibank - EDC	10	10	17	37
		104	104	158	366
EMT	LOAN Citibank	197	197	296	690
	LOAN EDC	22	22	32	76
		219	219	328	766
EMS	Loan Citibank	199	199	283	681
	Banco Citibank - EDC	22	22	32	76
		221	221	315	757
TOTAL		1.580	912	1.098	3.591

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Debêntures - moeda nacional	3.383.121	2.771.141	7.480.904	3.382.727
(-) custos de captação incorridos na captação	(4.849)	(3.604)	(53.439)	(26.110)
Marcação à Mercado de Dívida	-	-	99.809	-
Total	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Circulante	492.103	241.939	526.593	326.147
Não Circulante	2.886.169	2.525.598	7.000.681	3.030.470

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
Debentures 1ª Emissão								
1ª Série	1.558.219	-	15/12/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	8,07%
(-) custos de captação	(5.100)	-						
Total ERD	1.553.119	-						
Total	7.480.904	3.382.727						
(-) custos de captação								
(*)	(16.308)	(20.512)	-	-	-	-	-	-
(-) custos de captação	(37.131)	(5.598)	-	-	-	-	-	-
Total dos custos de captação	(53.439)	(26.110)						
(-) Marcação à Mercado de Dívida	99.809	-						
Total em moeda nacional	7.527.274	3.356.617						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IAS39/CPC38 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira do exercício no montante de R\$272.906 (R\$150.000 em 2017), totalizando R\$422.906, na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$18,25 (31/12/2017), enquanto estava negociada a R\$27,30/unit na mesma data. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2018, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	874.602	1.007.922
2021	875.298	2.283.784
2022	915.159	1.536.454
2023	-	861.356
Após 2023	221.110	1.311.165
Total	2.886.169	7.000.681

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos em 2017 e 2016	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Novas debêntures emitidas	700.000	1.224.946	4.395.217	1.524.946
Custos Apropriados	(3.069)	-	(37.464)	(22.794)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	316.205	209.323	427.827	293.566
Marcação Mercado da Dívida	-	-	99.809	-
Pagamento de principal	(158.424)	(51.594)	(415.589)	(192.074)
Recompra de debêntures	-	-	-	(293.707)
Pagamento de juros	(243.977)	(148.605)	(299.143)	(220.933)
Saldos em 2018 e 2017	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Circulante	492.103	241.939	526.593	326.147
Não circulante	2.886.169	2.525.598	7.000.681	3.030.470

23. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	623.089	467.510
Encargos Sociais	2.050	1.551	41.080	26.317
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	20.974	57.911
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	8.777	23.402
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.845	1.511	160.903	98.094
Imposto Sobre Serviços - ISS	716	972	15.258	7.215
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	859	330	1.220	1.044
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	986	924	19.270	4.463
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	429	525
Outros	624	536	55.964	25.747
Total	7.080	5.824	946.964	712.228
Circulante	6.965	5.824	546.841	496.762
Não Circulante	115	-	400.123	215.466

- (a) ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda”, com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$260.331 (R\$136.840 em 2017), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

• Programa de Parcelamento - Refis estadual

No exercício de 2018, as controladas diretas EPB, EBO, ESE, EMG, ENF e EAC aderiram aos planos de parcelamento de débitos fiscais do ICMS, publicados por suas respectivas Secretarias de Administração Fazendária, instituído pela Medida Provisória nº 273 e pelos Decretos nº 40.137, nº 47.433, nº 46.453 e nº10.352, todos publicados em 2018.

A adesão aos programas de redução de encargos para pagamento de créditos fiscais possibilitou o pagamento a vista dentro do próprio exercício no montante consolidado de R\$123.958.

	EPB	EBO	ESE	EMG	ENF	EAC	Total
ICMS - Valor principal	5.417	500	5.447	2.795	116	92.365	106.640
Multas, juros e honorários	16.135	3.304	5.469	1.771	78	96.786	123.543
Redução de juros e multas	(12.749)	(2.453)	(2.431)	(1.419)	(66)	(87.107)	(106.225)
	8.803	1.351	8.485	3.147	128	102.044	123.958

Do montante de R\$106.640 de principal, R\$105.714 foi registrado pelas controladas na rubrica clientes, consumidores e concessionárias e, com relação à ESE, R\$926 foi registrado como outros gastos não operacionais. As multas, juros e as reduções no montante de R\$17.318 foram contabilizadas em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

- **Programa especial de regularização tributária (PERT)**

No exercício de 2017 a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei 13.496/2017 (MP 783), que possibilitou o pagamento à vista de 5% a 20% do saldo devedor, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, acrescidos pela variação dos juros Selic e liquidação dos saldos dos débitos com utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios e/ou de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa.

A Companhia e suas controladas apuraram o montante de valores a pagar de R\$3.592 na controladora e R\$74.485 no consolidado em 2017, referentes a Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), PIS, COFINS e INSS, incluídos no Programa, conforme segue:

Companhia, Controladas diretas e indiretas	INSS	IRPJ /CSLL	PIS/COFINS	Débito atualizado em 2017
. Energisa S/A	474	3.118	-	3.592
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	897	3.594	-	4.491
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	10.856	2.278	2.409	15.543
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	763	5.446	-	6.209
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	1.542	4.412	139	6.093
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	368	316	1.444	2.128
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	238	-	-	238
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	837	5.347	5.840	12.024
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	347	-	-	347
. Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	434	2.435	12.004	14.873
. Energisa Soluções S/A	176	-	-	176
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	68	-	-	68
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	10	68	-	78
. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A	1100	-	-	1.100
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	7.525	-	7.525
TOTAL	18.110	34.539	21.836	74.485

Demonstrativo dos valores apurados incluídos no Programa:

	2017	
	Controladora	Consolidado
Valor do débito	2.607	47.334
Atualização (juros + multas)	985	27.151
Total	3.592	74.485
Liquidação:		
. Pagamento a vista (antecipações) - 5%	(180)	(3.771)
. Redução de multas e juros (outras despesas financeiras)	(743)	(21.340)
Saldos liquidados com prejuízos fiscais e base negativa - próprios,	(2.669)	(26.250)
. Saldos liquidados com prejuízos fiscais e base negativa - Controlada	-	(23.124)
Total	(3.592)	(74.485)

A controladora e as controladas devem manter os pagamentos regular dos impostos, contribuições e demais obrigações para garantir as condições do programa. A consolidação dos débitos será realizada pela Receita Federal do Brasil em até cinco anos.

• Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize)

Em dezembro de 2017 as controladas, EMG e ESS aderiram ao Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize) do Governo do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei 22.549/2017, para quitação de valores relativos de Créditos de ICMS de Ativo Intangível/Imobilizado e ICMS incidente sobre a subvenção CDE - venda de energia elétrica, considerando os benefícios do plano, conforme segue:

20Lei nº 22.549/2017 - Regularize	EMG	ESS	Total
Principal	10.728	7.548	18.276
Multas, juros e honorários	35.207	578	35.785
Redução de juros e multas	(32.543)	(202)	(32.745)
Valor liquidado em 20/12/2017	13.392	7.924	21.316

Do montante de R\$18.276 de principal, R\$4.461 foi registrado pela controlada EMG como aumento do valor do ativo intangível/imobilizado e R\$13.815 reconhecidos pelas controladas na rubrica clientes, consumidores e concessionárias. As multas, juros e as reduções no montante de R\$3.040 foram contabilizadas em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

24. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado.

	Consolidado	
	2018	2017
ICMS	70.113	71.863
COFINS/PIS - PRT	6.575	-
INSS RETIDO NA FONTE	149	-
Total	76.837	71.863
Circulante	31.881	10.157
Não Circulante	44.956	61.706

Os valores são distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	ESS	CERON	ELETROACRE	2018	2017
ICMS	62.269	-	7.844	70.113	71.863
COFINS/PIS - PRT	-	4.712	1.863	6.575	-
INSS RETIDO NA FONTE	-	-	149	149	-
Total	62.269	4.712	9.856	76.837	71.863
Circulante	17.313	4.712	9.856	31.881	10.157
Não Circulante	44.956	-	-	44.956	61.706

A Controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná no montante R\$62.269 (R\$71.641 em 2017).

A Controlada CERON, possui parcelamento especial de débitos do Programa de Regularização Tributária junto a Receita Federal do Brasil, requerido em maio de 2017 em 24 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do parcelamento é de R\$4.712 e o número de parcelas a serem quitadas são 4.

A Controlada ELETROACRE, possui:

- Parcelamento especial de débitos junto ao Governo do Estado do Acre relativos a ICMS oriundo do estorno de créditos de ICMS na compra de óleo diesel para produção de energia elétrica no sistema isolado. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do parcelamento é de R\$7.844 restando 1 parcela a ser quitada.

- Parcelamento especial de débitos do Programa de Regularização Tributária junto a Receita Federal do Brasil, requerido em maio de 2017 em 24 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do parcelamento é de R\$1.863 e o número de parcelas a serem quitadas são 4.

- Parcelamento ordinário de débitos, referente INSS de autônomos retidos na fonte, junto a Receita Federal do Brasil, requerido em janeiro de 2018 em 15 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do parcelamento é de R\$149 e o número de parcelas a serem quitadas são 3.

Saldos em 2018:

	Valor original	Multa	Juros	Total
ICMS	33.377	4.887	31.849	70.113
COFINS/PIS - PRT	4.377	585	1.613	6.575
INSS RETIDO NA FONTE	53	28	68	149
TOTAL	37.807	5.500	33.530	76.837

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado	
	2018	2017
2018	-	10.157
2019	31.881	14.819
2020	15.371	13.859
2021	13.648	13.523
Após	15.937	19.505
Total	76.837	71.863
Circulante	31.881	10.157
Não Circulante	44.956	61.706

25. Encargos setoriais - consolidado

	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	85.173	118.930
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	4.746	4.071
Ministério de Minas e Energia - MME	2.344	2.016
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	23.930	7.896
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	197.961	154.483
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	249.940	184.419
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	-
Total	565.573	471.815
Circulante	292.898	289.867
Não-circulante	272.675	181.948

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Fiscais	2018	2017
Saldos iniciais - não circulante -2017 e 2016	1.480	13	1.493	1.332
Constituições de provisões	26	107	133	141
Reversões de provisões	(29)	(124)	(153)	(5)
Pagamentos realizados	(245)	-	(245)	(7)
Atualização monetária	55	3	58	32
Saldos finais - não circulante -2018 e 2017	1.287	(1)	1.286	1.493
Depósitos e cauções vinculados (*)			(57)	(64)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$179 (R\$357 em 2017). Deste total, R\$122 (R\$293 em 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2018	2017
Saldos iniciais - não circulante -2017 e 2016	216.806	233.992	16.480	18.833	486.111	504.345
Combinações de negócios	64.543	350.426	1.387.819	106.923	1.909.711	-
Constituições de provisões	91.911	225.414	26.383	520	344.228	219.379
Reversões de provisões	(23.686)	(96.645)	(103.021)	(2.418)	(225.770)	(104.734)
Pagamentos realizados	(89.396)	(56.190)	-	-	(145.586)	(143.254)
Atualização monetária	6.600	9.335	7.456	1.040	24.431	10.375
Saldos finais - não circulante -2018 e 2017	266.778	666.332	1.335.117	124.898	2.393.125	486.111
Depósitos e cauções vinculados (*)					(75.815)	(106.320)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$495.947 (R\$249.138 em 2017). Deste total, R\$420.132 (R\$142.818 em 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa Luz no Campo/programa Luz para Todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição

aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2018	2017
Saldos iniciais -2017 e 2016	166	217	56.295	56.678	106.066
Novos processos	64	42.648	-	42.712	75
Alteração do valor do pedido	-	49.851	(2.571)	47.280	(1.090)
Alterações de prognóstico	-	-	-	-	(51.143)
Encerramento	(27)	(91)	-	(118)	(1.542)
Atualização monetária	7	1.785	3.364	5.156	4.312
Saldos finais 2018 e 2017	210	94.410	57.088	151.708	56.678

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2018	2017
Saldos iniciais -2017 e 2016	170.858	1.250.853	2.284.751	32.497	3.738.959	4.431.780
Combinações de negócios	59.156	1.039.801	680.286	-	1.779.243	-
Novos processos	70.144	638.661	218.843	-	927.648	582.373
Alteração do valor do pedido	76.159	2.388.072	748.146	-	3.212.377	(410.895)
Alterações de prognóstico	1.883	648.200	82.747	(69)	732.761	(286.949)
Encerramento	(59.516)	(251.803)	(127.991)	-	(439.310)	(764.592)
Atualização monetária	6.995	74.553	132.811	2.079	216.438	187.242
Saldos finais 2018 e 2017	325.679	5.788.337	4.019.593	34.507	10.168.116	3.738.959

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de

falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH.

Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

Atualmente este procedimento encontra-se em fase instrutória. Foi realizada perícia por meio de laudos técnicos apresentados pelos assistentes técnicos das partes. Foi realizada a audiência de instrução do procedimento para oitiva das testemunhas fáticas e técnicas. Atualmente, aguarda-se a produção de prova documental suplementar pelas partes.

Principais processos:

Controladas

. Principais processos:

EPB

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$171.952 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$53.369 (R\$51.187 em 2017), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

ESE

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$99.138 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$170.148 (R\$162.739 em 2017), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente. Prognóstico alterado de remoto para possível em dezembro de 2018.

. Ação 00537238920164013400, no montante de R\$160.579, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$63.094 (R\$60.955 em 2017), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem, no montante R\$304.145, recebida em outubro de 2018.

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$295.727, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$70.392 (R\$67.513 em 2017), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$39.891 (R\$38.259 em 2017), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$34.453 (R\$33.044 em 2017), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$33.555 (R\$32.182 em 2017) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação;

ERO

Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$422.673, relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta

ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$803.464, ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$457.037 objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.4100 no montante de R\$50.200, ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$48.810, ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

EAC

. Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$119.523, relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

Rede Energia

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$214.439 (R\$195.977 em 2017), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$33.758 (R\$27.277 em 2017), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, o processo que no período sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) crédito de ICMS, (ix) escrituração de documento fiscal, (x) multa não escrituração CIAP, (xi) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$57.088 (R\$57.695 em 2017).

Controladas:

EMG

. Processo 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$35.268 (R\$33.947 em 2017), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no exercício, está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise dos assessores jurídicos.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$168.278 (R\$158.140 em 2017).

. Processo 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$78.677 (R\$73.936 em 2017);

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$41.962 (R\$39.434 em 2017) relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014;

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$105.792 (R\$102.164 em 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Autos de Infrações números: (I) 93300008.09.00000271/2017.59 no montante de R\$126.698 (R\$89.956 em 2017) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 e (II) Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$41.286 (R\$28.991 em 2017) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa

de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do creditamento no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

. Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$49.586 (R\$46.598 em 2017), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas. Em abril de 2018 este processo teve prognóstico alterado de possível para remoto, haja vista acolhimento de tese no CARF.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$179.795 (R\$170.848 em 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$48.692 (R\$65.786 em 2017), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$597.373 (R\$677.204 em 2017), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$291.146 (R\$199.673 em 2017), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$72.592 (60.068 em 2017); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União, (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$76.303 (R\$71.705 em 2017) e (iii) auto de infração (administrativo) 0408/2018, no montante de

R\$70.000 relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016 (processo recebido em dezembro de 2018).

ERO

. Auto de Infração 2016-2700100711 (CDA20160600058378) com valor envolvido de R\$130.916 onde se discute questões relacionadas a Apropriação indébito de créditos fiscais de aquisição de óleo.

. Auto de Infração 2009.31.00100061 (CDA Nº 20090600042124) com valor envolvido de R\$98.433 onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2008.

. Auto de Infração 2009.31.00100058 (CDA Nº 20180200007119) com valor envolvido de R\$91.735 onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2005.

Auto de Infração 20162700100692 (CDA Nº 20161700242462) com valor envolvido de R\$90.896 onde se discute questões relacionadas a falta de Escrituração no Livro de Ent. Fiscal Dig. EFD/SPED os doc. fiscais relacionados - 2011.

EAC

. Ação 46.743/2018 proposta e plano montante de R\$108.569, recebida em dezembro de 2018, onde se discute questões relacionadas a ICMS - Glosa de créditos - Obrigação Acessória.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa e Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

27. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2018	2017
Saldo inicial -2017 e 2016	96.917	154.340
Juros	4.318	12.927
Amortização	(61.741)	(70.350)
Saldo Final -2018 e 2017	39.494	96.917
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	15.176	37.321
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	24.318	59.596
Circulante	39.494	58.635
Não circulante	-	38.282

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

28. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS, EAC e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	2018	2017
Saldo em 2017 e 2016	209.970	313.013
Saldo inicial da combinação de Negócios	160.401	-
Adição no exercício	23.833	51.778
Atualização monetária e juros	24.075	56.509
Pagamentos	(158.134)	(211.330)
Saldo em 2018 e 2017	260.145	209.970
Circulante	93.708	111.053
Não circulante	166.437	98.917

29. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participações Empregados	11.739	7.889	78.240	44.762
Salários a pagar	1.733	-	96.337	17.462
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.488	2.070	22.943	13.867
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	103	26	10.387	2.970
Adiantamentos de clientes	4.223	-	114.102	34.957
Retenção de caução contratual empreiteiras	329	235	30.136	13.655
Rede Energia Participações S/A - Banco Pine	-	-	-	1.663
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	810	17.498
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.289	3.229
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.650	18.684
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios	163.604	-	163.604	-
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (*)	-	-	43.229	47.022
Compromisso assumido de capitalização ERO e EAC (**)	-	-	63.099	-
Outras contas a pagar	3.423	6.721	95.028	75.751
Total	240.335	69.634	804.748	358.414
Circulante	235.573	65.475	580.805	287.481
Não Circulante	4.762	4.159	223.943	70.933

(*) Refere-se a incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(**) Compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados, vide nota explicativa nº 42.

30. Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$2.795.963 em 2017), representando 1.814.561.910 (1.729.827.305 em 2017) ações nominativas, sendo 755.822.033 (720.210.378 em 2017) ações ordinárias e 1.058.739.877 (1.009.616.927 em 2017) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.325.118 (250.070.594 em 2017).

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$567.722, mediante a emissão de 84.734.605 novas ações, todas nominativas, e escriturais e sem valor nominal, sendo 35.611.655 ações ordinárias e 49.122.950 ações preferenciais, passando o capital social a ser de R\$3.363.685.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$90.282 (R\$65.723 em 2017), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

30.2 Reserva de Capital

	2018	2017
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios	252.205	(80.683)
Custo de captação - Aumento de capital	(65.724)	(65.724)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽¹⁾	4.991	-
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	1.408	-
Saldos em 2018 e 2017	194.729	(144.558)

- (1) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

- (2) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 14).

Transações entre sócios	2018	2017
Saldo inicial -2017 e 2016	(80.683)	4.273
Transações entre sócios - reflexo (1)	(59.069)	(89.453)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	391.957	4.497
Saldo final -2018 e 2017	252.205	(80.683)

- (1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 36.
(2) O montante de R\$391.957 (R\$4.497 em 2017) encontra-se divulgado na nota explicativa nº 17.

30.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

30.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$703.812 (R\$260.829 em 2017), foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

30.5 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2007. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$62.539 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

30.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.148.434	558.612
Reserva legal (5%)	(57.422)	(27.931)
Lucro líquido ajustado	1.091.012	530.681
Dividendos obrigatórios 35%	381.854	185.738
Dividendos obrigatórios provisionados - valor por ação R\$0,051 e R\$0,3553 por Units.	-	88.869
Pagamentos dividendos:		
Valor pago por ações ⁽²⁾ R\$0,0572 (R\$0,0572 em 2017) e valor pago por Units R\$0,286 (R\$0,286	96.870	96.870
Dividendos adicionais propostos ⁽¹⁾ - valor por ação (R\$0,048626 em 2017) e valor por Units	-	84.114
Dividendos intercalares ⁽³⁾ , pagos a razão de R\$0,13 por ação ordinária e preferencial e R\$0,65 por	235.893	-
Dividendos de R\$49.091 atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$5.346 atribuídos aos		
dividendos adicionais propostos calculados a razão de R\$0,03 por ação ordinária e preferencial e	54.437	-
R\$0,15 por Units ⁽¹⁾		
Total dos dividendos	387.200	269.853
% sobre o lucro líquido ajustado	35,49%	50,85%

- (1) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.
- (2) O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 08 de agosto de 2018 a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de junho de 2018, no montante de R\$96.870, equivalente a R\$0,28 (vinte e oito centavos) por Units e R\$0,056 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia. Os pagamentos foram efetuados a partir do dia 04 de setembro de 2018, com base na posição acionária da Companhia em 14 de agosto de 2018, respeitadas as negociações até esta data.
- (3) Em 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R\$235.893. Esse montante corresponde a R\$0,13 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,65 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos foram efetuados a partir do dia 11 de março de 2019 com base na posição acionária de 27 de fevereiro de 2019.

30.7 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2018	2017
EPB	SUDENE	197/2012	48.675	44.784
ESE	SUDENE	205/2012	11.250	16.752
EBO	SUDENE	206/2012	5.841	4.373
EMT	SUDAM	114/2014	65.205	(11.627)
ETO	SUDAM	113/2014	15.963	15.923
Total			146.934	70.205

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.8 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2018	2017
Saldo inicial - 2017 e 2016	(178.785)	(139.616)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(67.859)	(59.347)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	23.072	20.178
Saldo final - 2018 e 2017	(223.572)	(178.785)

30.9 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2017	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Empresas adquiridas	Aumento de Capital	Saldo em 2018
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	2,51%	747.023	11.885	(11.420)	(677)	(692.958)	-	-	53.853
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	193.367	13.358	(25.353)	(1.617)	652	-	-	180.407
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	836	81	(102)	(1)	1	-	-	815
Rede Power do Brasil	0,01%	51	5	(9)	-	-	-	-	47
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(138)	(6)	-	-	-	-	-	(144)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	12	5	(4)	(3)	-	-	-	10
Rede Energia Participações S.A	3,72%	14.853	14.457	(3.531)	-	(1.427)	-	-	24.352
Centrais Elétricas de Rondônia S.A	10,00%	-	(13.769)	-	-	(44.889)	71.064	25.384	37.790
Companhia de Eletricidade do Acre- ELETROACRE	12,39%	-	6.585	-	-	(64.701)	98.104	29.589	69.577
Empresa E. Vale Parapanema S/A - EEVP	0,01%	(21.258)	19	(5)	(2)	11.228	-	-	(10.018)
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	0,75%	6.060	1.013	(956)	(93)	(1.739)	-	-	4.285
Rede Participações Minoritárias S.A.	12,30%	-	(2.448)	-	(2.717)	(296.647)	-	599.944	298.132
Denerge S/A	0,03%	263	53	(15)	(9)	(11)	-	-	281
Total		941.069	31.238	(41.395)	(5.119)	(1.090.491)	169.168	654.917	659.387

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2016	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Incorporação ESS (*)	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2017
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	33,40%	758.246	(4.327)	(4.612)	-	(2.285)	1	747.023
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	215.295	12.357	(33.233)	-	(1.051)	(1)	193.367
Empresa Elétrica Bragantina S/A (*)	4,15%	4.232	285	(108)	(4.409)	-	-	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (*)	1,30%	1.062	167	(97)	(1.132)	-	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste (*)	1,47%	330	21	(29)	(322)	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	882	36	(83)	-	-	1	836
Rede Power do Brasil	0,01%	47	5	(1)	-	-	-	51
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(137)	(1)	-	-	-	-	(138)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	9	4	(1)	-	-	-	12
Rede Energia Participações S.A	3,79%	110.708	4.695	(1.001)	-	(405)	(99.144)	14.853
Empresa E. Vale Parapanema S/A - EEVP	0,01%	129	210	(1)	-	(1)	(21.595)	(21.258)
Energisa Sul Sudeste (atual denominação da Caiuá)	0,97%	-	508	(152)	5.863	(137)	(22)	6.060
Denerge S/A	0,03%	371	10	(2)	-	(2)	(114)	263
Total		1.091.174	13.970	(39.320)	-	(3.881)	(120.874)	941.069

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 foi aprovada a incorporação pela Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação da Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUÁ")) das empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S/A ("EEVP"), Empresa Elétrica Bragantina S/A ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), de forma que a nova área de concessão será explorada, através do Sexto Aditivo do contrato de concessão 13/1999 pela Energisa Sul-Sudeste (ESS).

31. Receita operacional

31.1 Receita operacional bruta - controladora

	2018	2017
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	189.863	143.193
Deduções a receita operacional		
PIS	3.185	2.363
COFINS	14.671	10.883
ISS	4.329	3.147
Receita operacional líquida	167.678	126.800

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

31.2 Receita operacional- consolidada

	2018			2017		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	6.236.064	11.003.510	7.863.525	5.454.252	10.475.448	6.909.414
Industrial	44.117	2.251.771	1.477.450	44.893	2.321.453	1.469.398
Comercial	531.387	5.451.774	3.999.957	465.540	5.312.988	3.614.670
Rural	774.979	2.967.164	1.515.000	607.237	2.765.887	1.312.333
Poder público	70.590	1.401.509	953.276	62.170	1.348.265	853.262
Iluminação pública	7.313	1.563.476	587.527	6.702	1.493.843	511.105
Serviço público	8.432	1.062.831	526.882	7.722	1.015.024	466.053
Consumo próprio	1.646	35.642	-	1.451	35.614	-
Subtotal	7.674.528	25.737.677	16.923.617	6.649.967	24.768.522	15.136.235
Suprimento de energia a concessionárias	2	1.846.352	792.505	2	2.359.736	525.134
Fornecimento não Faturado líquido	-	69.073	228.662	-	15.549	28.128
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	794	-	1.112.189	646	-	905.494
Energia comercializada com clientes livres	-	4.717.806	1.030.065	-	3.951.610	828.263
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	1.513.014	-	-	1.392.054
Serviços especializados	-	-	54.014	-	-	95.198
Penalidades Regulatórias (2)	-	-	(33.037)	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	147.040	-	-	127.567
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	295.119	-	-	211.384
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(368)	-	-	(32.421)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	(1.612)	-	-	(49.485)
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	507.153	-	-	230.765
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	1.116.351	-	-	949.292
Total - receita operacional bruta	7.675.324	32.370.908	23.684.712	6.650.615	31.095.417	20.347.608
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	3.999.623	-	-	3.564.253
PIS	-	-	364.842	-	-	310.249
COFINS	-	-	1.684.373	-	-	1.433.805
CPRB	-	-	5.551	-	-	4.919
ISS	-	-	15.266	-	-	14.338
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	92.125	-	-	46.052
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	65.447	-	-	56.241
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.585.599	-	-	1.207.941
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	65.400	-	-	56.267
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	18.905	-	-	16.389
Total - deduções da receita operacional	-	-	7.897.131	-	-	6.710.454
Total - receita operacional líquida	7.675.324	32.370.908	15.787.581	6.650.615	31.095.417	13.637.154

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura, exceto no caso das Transmissoras Pará I e Goiás I, difere do valor do custo de construção no montante de R\$15.596 referente ao PIS/COFINS. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica.

- (2) Com a adoção do CPC 47 - Receitas de contratos com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado, as multas regulatórias (DIC, FIC, DMIC), passaram a ser reconhecidas como dedução às receitas. Para efeito comparativo, o montante das multas para 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 24.759 e estão classificadas como despesas operacionais.
- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) reconhecidos no resultado dos exercícios 2018 e 2017 de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 que estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram de R\$571.112 (R\$501.576 em 2017), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$92.125 (R\$46.052 em 2017). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$478.987 (R\$455.524 em 2017).

Para os meses de janeiro a outubro de 2018 e exercício de 2017 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2018	2017
Janeiro	Nº 516 de 06 de março de 2018 (Nº 592 de 02 de março de 2017)	(4.604)	183
Fevereiro	Nº 728 de 02 de abril de 2018 (Nº 899 de 30 de março de 2017)	2.447	155
Março	Nº 981 de 30 de abril de 2018 (Nº 1.237 de 05 de maio de 2017)	2.298	(2.097)
Abril	Nº 1.210 de 01 de junho de 2018 (Nº 1.492 de 30 de maio de 2017)	2.634	(8.027)
Maio	Nº 1.472 de 03 de julho de 2018 (Nº 1.944 de 04 de julho de 2017)	(5.102)	(8.343)
Junho	Nº 1.706 de 30 de julho de 2018 (Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017)	(39.296)	(7.034)
Julho	Nº 1.965 de 29 de agosto de 2018 (Nº 2.742 de 30 de agosto de 2017)	(28.396)	(12.547)
Agosto	Nº 2.258 de 3 de outubro de 2018 (Nº 3.365 de 02 de outubro de 2017)	(16.186)	(9.163)
Setembro	Nº 2.498 de 30 de outubro de 2018 (Nº 3.711 de 01 de novembro de 2017)	2.274	4.705
Outubro	Nº 2.807 de 03 de dezembro de 2018 (Nº 4.068 de 04 de dezembro de 2017)	(9.443)	(2.713)
Novembro	A ser homologado (Nº 2 de 02 de janeiro de 2018)	(701)	(5.529)
Dezembro	A ser homologado (Nº 242 de 30 de janeiro de 2018)	1.950	4.358
Total		(92.125)	(46.052)

32. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora				
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
			2018	2017
Pessoal e administradores	59.293	28.649	87.942	68.916
Programa de remuneração variável (ILP)	-	322	322	-
Benefícios pós emprego	1.173	1.942	3.115	685
Material	878	589	1.467	1.504
Serviços de terceiros	7.580	59.325	66.905	29.918
Depreciação e amortização	5.283	-	8.875	5.228
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	(265)	(265)	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	-	129
Outras	714	2.829	3.543	2.595
	74.921	96.983	171.904	108.975

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2018	2017
Energia elétrica comprada para revenda	8.158.562	-	-	-	8.158.562	7.385.694
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	1.083.257	-	-	-	1.083.257	569.700
Pessoal e administradores	-	741.693	86.239	304.888	1.132.820	1.007.543
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.502	1.502	-
Benefícios pós emprego	-	24.688	2.032	51.816	78.536	108.133
Material	-	131.588	(1.421)	33.453	163.620	138.911
Serviços de terceiros	-	433.727	38.862	200.850	673.439	645.628
Depreciação e amortização	-	848.182	8.713	92.815	949.710	807.675
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	154.736	-	154.736	110.248
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	-	19.691	19.691	(28.609)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	1.497.418	-	1.497.418	1.390.720
Outras	-	66.162	8.265	29.533	103.960	206.778
	9.241.819	2.246.040	1.794.844	734.548	14.017.251	12.342.421

Energia Elétrica comprada para revenda:

Consolidado				
	MWH (¹)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2018	2017	2018	2017
Energia de Itaipú - Binacional	3.197.734	3.562.884	953.435	942.662
Energia de leilão	14.057.777	12.224.735	3.248.863	2.594.370
Energia bilateral e outros suprimentos	6.211.943	10.134.867	2.578.304	2.390.690
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (²)	972.845	938.948	210.681	211.475
Energia de curto prazo - CCEE	367.467	564.380	796.993	691.704
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	7.182.725	7.655.137	1.038.207	1.065.792
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	632.291	621.256	225.086	207.981
Energia de Reserva - ERR	-	-	70.798	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(963.805)	(718.980)
Total	32.622.782	35.702.207	8.158.562	7.385.694

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

33. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	39	-	92.600	95.282
Resultado auferido na combinação de negócio (1)	1.169.562	-	1.169.562	-
Outras (2)	1.753	-	26.338	1.477
Total	1.171.354	-	1.288.500	96.759
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	-	(72)	(168.893)	(141.741)
Outras	-	-	(22.056)	(4.858)
Total	-	(72)	(190.949)	(146.599)

(1) As informações estão mencionadas na nota explicativa nº 17.

- (2) Inclui, no consolidado marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia - A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a controlada, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$13.003, foi reconhecida no consolidado, conforme demonstrado abaixo.

	2018
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	15.296
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(2.293)
	13.003

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2018.

34. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	147.056	102.382	154.879	237.642
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	274.760	320.211
Varição monetária e cambial	-	-	28	2.743
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	53.806	20.475
Juros Selic s/ impostos a recuperar	2.358	5.933	22.950	44.108
Atualização depósito judicial	5	8	8.037	9.355
Comissão de aval	28.509	34.512	-	-
Atualização dos contratos de mútuos	142.623	73.810	-	-
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(10.325)	(11.372)	(38.888)	(49.736)
Juros Ativos - Estado de Tocantins	-	-	-	1.121
Deságio aquisição de créditos fiscais de IRPJ e CSSL - PERT	-	-	-	2.807
Reduções de multas e juros Selic - PERT	-	743	-	21.340
Juros Selic S/PERT	-	-	-	35.764
Outras	2.358	472	59.427	137.883
Total receitas financeiras	312.584	206.488	534.999	783.713
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas - juros	(259.845)	(160.436)	(712.995)	(588.165)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(103.753)	(52.478)	(511.460)	(177.686)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	(6.613)	(12.188)
Marcação a Mercado de derivativos	(271.505)	(135.460)	(179.376)	(106.943)
Marcação a Mercado da dívida	(1.840)	(844)	(108.369)	14.117
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.126	(15.477)	316.174	(116.265)
Atualização dos contratos de mútuos	(7.258)	(31.117)	-	-
Atualização PEE e P&D	-	-	(5.956)	(19.363)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(2.367)	9.996
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	(58)	(32)	(24.431)	(10.375)
Despesas com IOF	(1.706)	(5.932)	(11.004)	(30.557)
Despesas com comissão de aval	(11.791)	(11.361)	(11.792)	(11.361)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(50.484)	(34.609)
Juros e multa	(48)	(4.156)	(110.465)	(27.243)
Juros e multa - PERT	-	(984)	-	(27.151)
Outros débitos fiscais - PERT	-	-	-	(5.255)
Juros de incorporação de redes	-	-	(24.075)	(55.393)
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	(537)	(11.323)
Atualização monetária, juros e multas	-	-	-	(44.215)
Provisão de perdas com créditos de ICMS	-	-	-	(73.821)
Plano de saúde - Atuário	(409)	-	(8.651)	-
Outras	(35.600)	20.537	(33.094)	(93.916)
Total despesas financeiras	(665.687)	(397.740)	(1.485.495)	(1.421.716)
Despesas financeiras líquidas	(353.103)	(191.252)	(950.496)	(638.003)

35. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			2018	2017
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	96	21
Auto-Frota	23/10/2019	Até 360/ veículo	27	8
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	1.130.142	224	221
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	50.000	2	4
Total			349	254

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2018	2017
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	5.749	3.011
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	3.898	2.188
Auto Frota	23/10/2019	Até 1.110/ veículo	1.608	1.127
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2020	10.000	133	102
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2019	1.129	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2019	123.860	132	114
Compreensivo Empresarial	-	-	-	2
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	1.460.722	1.947	2.240
Transporte Nacional	04/04/2019	Até 2.000/ transporte	136	161
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	50.000	431	281
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2020	289/drone	26	-
Total			14.062	9.228

(*) Importância Segurada relativa ao mês de dezembro/18 e prêmio anualizado.

36. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$295.119 (R\$211.384 em 2017), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 16.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		313.687	313.687	134.406	134.406
Clientes		34.842	34.842	34.280	34.280
Títulos e créditos a receber		222	222	3.048	3.048
Créditos com partes relacionadas		186.396	186.396	417.515	417.515
		<u>535.147</u>	<u>535.147</u>	<u>589.249</u>	<u>589.249</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.431.702	2.431.702	1.910.911	1.910.911
Instrumentos financeiros derivativos	2	29.256	29.256	3.514	3.514
		<u>2.460.958</u>	<u>2.460.958</u>	<u>1.914.425</u>	<u>1.914.425</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		3.227	3.227	7.069	7.069
Débitos com partes relacionadas		68.926	68.926	106.042	106.042
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		3.847.634	3.787.691	2.851.014	2.782.580
		<u>3.919.787</u>	<u>3.859.844</u>	<u>2.964.125</u>	<u>2.895.691</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	424.386	424.386	162.694	162.694

Consolidado					
	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		706.738	706.738	921.481	921.481
Clientes, consumidores e concessionárias		3.990.180	3.990.180	2.719.021	2.719.021
Títulos de créditos a receber		35.137	35.137	43.846	43.846
Ativos financeiros setoriais (CVA)		2.827.814	2.827.814	1.114.024	1.114.024
		<u>7.559.869</u>	<u>7.559.869</u>	<u>4.798.372</u>	<u>4.798.372</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	3.643.972	3.643.972	1.896.790	1.896.790
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.515.275	5.515.275	4.420.666	4.420.666
Instrumentos financeiros derivativos	2	567.689	567.689	178.417	178.417
		<u>9.726.936</u>	<u>9.726.936</u>	<u>6.495.873</u>	<u>6.495.873</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.728.614	1.728.614	1.514.174	1.514.174
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil		15.787.898	15.736.911	8.954.561	8.894.799
Passivos financeiros setoriais (CVA)		1.238.430	1.238.430	1.029.063	1.029.063
Parcelamento de tributos		76.837	76.837	71.863	71.863
Taxas regulamentares (*)		124.667	124.667	215.847	215.847
		<u>18.871.273</u>	<u>18.877.709</u>	<u>11.785.508</u>	<u>11.725.746</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	515.333	515.333	216.095	216.095
Instrumento financeiro - MTM (**)	2	604.352	604.352	556.489	556.489
		<u>1.119.685</u>	<u>1.119.685</u>	<u>772.584</u>	<u>772.584</u>

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$85.173 e (R\$118.930 em 2017), divulgada na nota explicativa 25).

(**) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019. Em 08 de março de 2019, foi exercida a PUT pela BNDESPAR, tendo a controlada indireta EEVP efetuado o pagamento no valor de R\$614.296.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia Participações S/A (atual denominação da CAIUÁ Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos n° 1, n° 2, n° 3 e n° 4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n° 5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia Participações S/A. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n° 5 estava condicionado à transferência para a Energia S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

Precificação

O preço de exercício - R\$8,94/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2018 e projetado até a data de exercício com TJLP de 6,56% + 1,76% a.a.. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 6,67% a.a. e volatilidade média ponderada do exercício foi de 12,66% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$6,00/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/2008 e à Deliberação n° 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão identificadas a seguir:

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 2018 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$97.195 (R\$45.369 em 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2018 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de dezembro de 2018, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$11.174 (R\$8.748 em 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	Consolidado	
	2018	2017
Dívida (a)	15.787.898	8.954.561
Caixa e equivalentes de caixa	(706.738)	(921.481)
Dívida líquida	15.081.160	8.033.080
Patrimônio líquido (b)	5.388.141	3.843.453
Índice de endividamento líquido	2,80	2,09

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.962	-	-	-	265	3.227
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,93%	497.411	346.061	2.576.499	1.096.979	253.282	4.770.232
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.920	(5.114)	26.970	(422.906)	-	(395.130)
Total		506.293	340.947	2.603.469	674.073	253.547	4.378.329

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.637.550	20.756	-	-	75.302	1.733.608
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7,67%	1.308.997	1.495.218	8.932.265	3.905.079	4.804.913	20.446.472
Instrumentos Financeiros Derivativos		(5.970)	(31.859)	159.850	(285.925)	216.260	52.356
Total		2.940.577	1.484.115	9.092.115	3.619.154	5.096.475	22.232.436

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	313.687	134.406	706.738	921.481
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	2.431.702	1.910.911	3.643.972	1.896.790
Clientes, consumidores e concessionárias	7	34.842	34.280	3.990.180	2.719.021
Títulos de créditos a receber	8	222	3.048	35.137	43.846
Ativos financeiros setoriais (CVA) líquido	12	-	-	1.589.384	84.961
Ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	5.515.275	4.420.666
Instrumentos financeiros derivativos	33	29.256	3.514	567.689	178.417

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com alta de 17,1% sobre 31 de dezembro de 2017, cotado a R\$3,8748/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2018, de R\$15.844.927 (R\$8.992.198 em 2017), R\$3.489.732 (R\$1.750.540 em 2017) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 4,8535% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 da Controlada apresenta saldo R\$2.286 (R\$3.457 em 2017) no ativo circulante, R\$26.970 (R\$57 em 2017) no ativo não circulante, R\$1.480 (R\$10.749 em 2017) no passivo circulante e R\$422.906 (R\$151.945 em 2017) no passivo não circulante na controladora, R\$49.171 (R\$87.782 em 2017) no ativo circulante, R\$518.518 (R\$90.635 em 2017) no ativo não circulante, R\$691.352 (R\$63.568 em 2017) no passivo circulante e R\$428.333 (R\$709.016 em 2017) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No exercício, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$43.873 (R\$89.453 em 2017) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	120.000	VC + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	7.438	(Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.700	(Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	61.805	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.798	(Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	26/04/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.100	(LIBOR + 0,82%) x 117,647%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,647%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Citibank	5.500	(Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	6.907	(Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	1.450	(Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	(Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,99%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	(Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	18.541	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Citibank	4.782	(Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	8.600	(Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.595	Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	17/05/2021	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	(Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	4.539	(Libor + 0,65%) x 117,65%	CDI + 1,32%	29/03/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	31.785	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	18.861	VC + 4,52%	CDI + 0,65%	21/10/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,647%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.115	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Citibank	6.135	(Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Santander	10.459	VC + 5,53%	CDI + 1,35%	22/06/2020	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	(Libor + 1,10%) x 117,65%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	15.928	(LIBOR + 1,27%) x 117,647%	CDI + 1,25%	03/07/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,647%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
ELETROACRE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
Centrais Elétricas de Rondônia S/A					

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2018 e 2017.

- Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	206.485	629.803
Swap de Juros	135.715	493.639	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(207.965)	(631.629)
			Posição Total Swap	(1.480)	(1.826)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo
	2018	2017		2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	436.800		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(469.177)
Posição Ativa				
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	469.177
Posição Passiva				
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	436.800		Taxa de Juros CDI	(439.921)
			Posição Líquida Swap	29.256
Posição Líquida Dívida + Swap				(439.921)

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo
	2018	2017		2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	89.700		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(83.477)
Posição Ativa				
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	83.245
Posição Passiva				
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	89.700		Taxa de Juros CDI	(90.831)
			Posição Líquida Swap	(7.586)
Posição Líquida Dívida + Swap				(91.063)

- Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	1.955.429	493.639	Taxa Pré-Fixada	(2.178.669)	(629.803)
Posição Ativa					
			Taxa Pré-Fixada	2.177.606	629.803
Posição Passiva					
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.955.429	493.639	Taxa de Juros CDI	(2.055.369)	(631.629)
			Posição Líquida Swap	122.237	(1.826)
Posição Líquida Dívida + Swap				(2.056.432)	(631.629)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
Dívida designada para “Fair Value Option”	3.049.286	988.946	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.392.648)	(1.004.803)
Posição Ativa					
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.392.648	1.004.803
Posição Passiva					
Swap Cambial (Derivativo)	3.049.286	988.946	Taxa de Juros CDI	(3.072.596)	(1.002.333)
			Posição Líquida Swap	320.052	2.470
Posição Líquida Dívida + Swap				(3.072.596)	(1.002.333)

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2018 e 2017.

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	75.785	1.357.436	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(96.269)	(1.511.156)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	96.269	1.524.988
Swap Cambial	75.785	1.357.436	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(76.299)	(1.337.529)
			Posição Líquida Swap	19.970	187.459
			Posição Líquida Dívida + Swap	(76.299)	(1.323.697)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2018 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.125.071)		(2.881.448)	(3.692.772)	(4.504.095)
Variação Dívida	-		243.623	(567.701)	(1.379.024)
Swap Cambial		Alta USD			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.488.917		3.245.294	4.056.618	4.867.941
Variação - USD e LIBOR	-	Alta USD	(243.623)	567.701	1.379.024
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(3.148.895)		(3.148.895)	(3.148.895)	(3.148.895)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	340.022		96.399	907.723	1.719.046
Total Líquido	(2.785.049)		(2.785.049)	(2.785.049)	(2.785.049)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2018, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.785.049, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.785.049, em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.091.144)		(2.091.144)	(2.091.144)	(2.091.144)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.971.121		1.971.121	1.971.121	1.971.121
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.847.404)		(1.847.404)	(2.022.467)	(2.196.504)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(175.063)	(349.100)
Subtotal	123.717		123.717	(51.346)	(225.383)
Total Líquido	(1.967.427)		(1.967.427)	(2.142.490)	(2.316.527)

Operação	Exposição		Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	135.715		135.715	135.715	135.715
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos					
Financeiros Derivativos - Pré	206.485		206.485	206.485	206.485
Posição Passiva					
Instrumentos					
Financeiros Derivativos - CDI	(207.965)		(207.965)	(209.225)	(210.476)
Varição - CDI + TJLP	-		-	(1.260)	(2.511)
Subtotal	(1.480)		(1.480)	(2.740)	(3.991)
Total Líquido	134.235		134.235	132.975	131.724

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 6,42%, TJLP = 6,72% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.173.834	Alta CDI	271.299	339.124	406.949
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(3.148.895)	Alta CDI	(204.678)	(255.848)	(307.017)
	(6.489.616)	Alta CDI	(421.825)	(527.281)	(632.738)
	(8.834)	Alta TJLP	(617)	(771)	(926)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.466.063)	Alta IPCA	(129.977)	(162.471)	(194.966)
	(827.010)	Alta SELIC	(53.756)	(67.195)	(80.634)
	(644.721)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(14.585.139)		(810.853)	(1.013.566)	(1.216.281)
Total -perdas (2)	(10.411.305)	-	(539.554)	(674.442)	(809.332)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2019 (6,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2018, TJLP 6,98% ao ano, Selic 6,50% ao ano, TR 0,0% ao ano e IPCA 3,75% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.259.788

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

37. Benefícios pós-emprego

Plano de pensão:

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso

de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.217 (R\$597 em 2017) controladora e R\$37.289 (R\$58.267 em 2017), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

Prêmio e gratificação de Aposentadoria:

A Companhia e as controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, ETO, ESE e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia entre 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado entre (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 2018, a despesa de manutenção do plano foi de R\$1.217 (R\$597 em 2017) na controladora e R\$4.458 (R\$2.485 em 2017) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Plano de saúde:

As controladas participam também do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio.

Em 2018, as despesas com esse benefício foram de R\$4.017 (R\$1.394 em 2017) na controladora e R\$83.468 (R\$57.038 em 2017) no consolidado. Inclui R\$967 na controladora e R\$12.444 no consolidado de origem nos cálculos atuariais do plano de benefício pós emprego - plano de saúde.

Segue a composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio aposentadoria e plano de saúde:

Saldos dos planos	Plano de Pensão				Prêmio Aposentadoria		Plano de Saúde		Total	
	Benefício Definido		Plano Saldado		2018	2017	2018	2017	2018	2017
	2018	2017	2018	2017						
Inergus (1)	(111.645)	(220.282)	(28.098)	(25.692)	-	-	-	-	(139.743)	(245.974)
Funasa	(115.322)	(107.754)	-	-	-	-	-	-	(115.322)	(107.754)
Cagipe	-	-	-	-	-	-	(52.806)	(29.328)	(52.806)	(29.328)
Eletros (Ceron) (2)	(71.774)	-	-	-	-	-	-	-	(71.774)	-
Redeprev	(56.331)	(29.558)	-	-	-	-	-	-	(56.331)	(29.558)
Unimed (Cuiabá e CNU)	-	-	-	-	-	-	(107.997)	(39.812)	(107.997)	(39.812)
Outros	-	-	-	-	(22.339)	(21.824)	-	-	(22.339)	(21.824)
Total	(355.072)	(357.594)	(28.098)	(25.692)	(22.339)	(21.824)	(160.803)	(69.140)	(566.312)	(474.250)
Circulante									(63.190)	(46.583)
Não circulante									(503.122)	(427.667)

- (1) A controlada Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A firmou com o INERGUS contrato de assunção de dívida em 31 de janeiro de 2016 no montante de R\$13.753, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado INERGUS - PSI. O valor da dívida foi parcelado em 287 parcelas de R\$85 atualizado pela (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 monta em R\$12.864 (R\$13.184 em 2017), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 21).

- (2) A controlada Ceron possui O Plano CD - CERON constituído junto a ELETROS, em 2011 sem contemplar o serviço passado dos funcionários. Assim foi realizado o pleito administrativo pelos funcionários, onde, Por intermédio do Ofício nº 147/2017, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Ministério de Minas e Energia encaminhou à SEST, documentação relativa à alteração do Regulamento do Plano CD CERON, cuja proposta visava possibilidade de incluir a ação de contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, a ser coberto paritariamente pelo patrocinador e pelos participantes. O pleito apresentou o teor da seguinte forma “Poderá optar pela contribuição extraordinária o participante inscrito no plano CD CERON até 30 de setembro de 2017, que tenha ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011”. A proposta foi analisada nas diversas instâncias decisórias, com manifestação favorável do Conselho Deliberativo da Eletros, em 10 de outubro de 2017, do Conselho de Administração da CERON, em 13 de outubro de 2017, e da Diretoria Executiva da Eletrobrás em 16 de outubro de 2017.

Após solicitar várias informações complementares para subsidiar a análise do pleito, chegou-se a conclusão que, depreende-se que a proposta visa atender uma reivindicação antiga dos empregados, firmada por meio de Acordo Coletivo de Trabalho que, por se tratar de incentivo à aposentadoria, justifica ser agregada ao plano previdenciário e, em contrapartida, excluída do ACT e que o pleito encontrava amparo na legislação em vigor quanto à previsão de tempo de serviço passado - tempo de serviço na empresa anterior à implantação do plano de previdência complementar-, bem como quanto ao custeio por meio de contribuições paritárias de participantes e patrocinador, assim, em 19 de março de 2018, por meio do Ofício nº 22592 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), deu sua posição favorável ao pleito referente ao Ofício nº 147/2017/AEGE/SE-MME, de 31 de outubro de 2017, relativo à proposta de alteração do Regulamento do Plano de Previdência Complementar - CD CERON, instituído na modalidade de Contribuição Definida - CD, patrocinado pela sua controlada Eletrobrás Distribuição Rondônia (EDRO) e administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

Com base nos cálculos atuários iniciais apresentados no Parecer atuarial emitido pela ELETROS nº 010/2017 no valor de R\$ 90.010, que foi o valor objeto da avaliação e aprovação pela SEST, observadas as condições e recomendações descritas na Nota Técnica nº 4.614/2018-MP, a controlada realizou a provisão do passivo atuarial. Devido à conclusão do prazo de adesões, foi realizada redução da provisão em R\$18.237, registrado na rubrica na despesa de pessoal no consolidado na demonstração do resultado do exercício, totalizando o saldo atual de R\$71.773, cujos valores estão classificados no passivo circulante R\$16.661 e não circulante R\$55.113 no consolidado.

Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus)

Os referidos Planos tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada com as seguintes alterações:

- (a) Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
- (b) Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
- (c) Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados - Inergus e Funasa, respectivamente. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Em sequência a controlada direta ESE, firmou com o INERGUS contrato de financiamento de reservas de migração e outras avenças em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$127.118, composto pela parcela do déficit atuarial do Plano BD-1, do valor do incentivo à migração, de R\$94.783 que, afeta aos participantes, assistidos e beneficiários que formalizaram a opção pela migração ao PCD INERGUS, e pelo adiantamento ao Plano BD-1 no valor de R\$32.335,, devido à iliquidez de determinados ativos que deveriam ser transferidos ao Plano PCD. O valor da dívida será pago uma parcela de R\$3.000 em janeiro de 2019 e o saldo parcelado em 89 parcelas mensais e sucessivas com vencimento no dia 15

de cada mês, sendo a primeira devida no dia 15 de fevereiro de 2019 e a última com vencimento em 15 de junho de 2026.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$127.118, foi registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativo nº 21).

Energisa MG - Multibra/Bradesco

A controlada EMG também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 33 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo Bradesco e encontra-se superavitário.

Energisa BO

A controlada EBO possui plano de benefícios BD era administrado até abril de 2018 pela BBPrevidencia, quando teve sua administração transferida para a EnergisaPrev, mediante Portaria Autorizativa PREVIC Nº 1.138 de 11/12/2017. Este plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Energisa MT, Energisa TO e Energisa Sul Sudeste (Redeprev) e Energisa MS (Energisaprev)

As controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, Fundação Enersul e Energisaprev entidades fechadas de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pelos controlados são como segue:

i. Plano de Benefícios BD-I:

Está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

ii. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, EMT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras e as empresas do grupo Rede Energia Participações S.A.

iii. Plano de Benefício - OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuições definidas, conforme segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2018	2017		2018	2017
Energisa S/A	CD	1.027	719	2,32%		(4.333)
Energisa MG	CD	798	808	2,54%	(16.525)	(7.030)
Energisa NF	CD	75	107	1,35%	-	(13.390)
Energisa Soluções	CD	391	361	1,40%	(1.729)	(2.157)
Energisa SE	CD	593	555	1,42%	-	7.340
Energisa SE	PS	101	92	0,24%	(28.098)	(25.692)
Energisa SE	BD	2549	2.353	6,12%	(111.642)	(220.282)
Energisa PB	PS	565	594	0,94%	-	-
Energisa PB	BD	11.034	11.496	18,34%	(115.332)	(107.754)
Energisa PB	CD	1.391	789	2,31%	-	-
Energisa BO	BD	25	46	0,48%	1.825	1.140
Energisa BO	CD	152	144	1,63%	-	-
Energisa COM	CD	117	98	5,66%	(63)	(62)
Energisa Planejamento	CD	25	20	5,73%	(10)	(10)
Energisa MT	BD/CV	4.249	4.229	3,05%	(34.795)	(20.863)
Energisa MT	CD	232	294	0,17%	-	-
Sobradinho	CD	-	-	-	-	(7)
Energisa MS	BD	3.682	4.221	4,69%	(120)	(66)
Energisa MS	CD	187	287	0,24%	-	-
Energisa TO	BD	2.178	2.192	3,48%	(3.625)	(1.874)
Energisa TO	CD	182	210	0,29%	-	-
ESS	BD	1.825	1.850	3,23%	(17.791)	(2.644)
ESS	CD	88	92	0,16%	-	-

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

Segue posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias em 2018 e 2017, de acordo com as regras do CPC 33 R (IAS 19 R). O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Benefício definido	
	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	(368.289)	(513.923)
Valor justo dos ativos do plano	131.802	185.138
Redução dos ativos do plano	(225)	(3.383)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	(236.712)	(332.168)

Consolidado	Benefício definido	
	2018	2017
Saldo início exercício 2017 e 2016	485.095	428.091
Custo do serviço corrente	1.419	1.265
Custo dos juros	43.765	48.973
Benefícios pagos	(56.238)	(36.102)
Custo do serviço passado (alteração regulador Plano OP)	(9.604)	-
Ganhos/Perdas atuariais	54.920	42.868
Saldo final exercício 2018 e 2017	519.357	485.095
Valor justo dos ativos do plano		
Saldo início exercício 2017 e 2016	524.789	475.801
Retorno esperado	47.613	54.987
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	2.933	3.392
Benefícios pagos	(56.241)	(36.102)
Ganhos/Perdas atuariais	(10.569)	26.711
Saldo final exercício 2018 e 2017	508.525	524.789
Posição líquida	(10.832)	39.694

	Consolidado
	BD, PS
Custo do serviço corrente	105
Custo dos juros	16.695
Custo do serviço prestado	(6.640)
Rendimento esperado do ativo do plano	10.594
Despesas previstas para 2019	20.754

	2018			2017		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Investimentos:						
Títulos públicos	72,63%	63,80%	72,79%	71,93%	73,10%	63,17%
Créditos privados e depósitos	5,43%	11,81%	6,57%	10,86%	11,51%	10,95%
Fundos de investimento	16,67%	15,04%	0,00%	16,14%	12,72%	17,82%
Empréstimos e financiamentos	0,49%	4,70%	19,77%	1,05%	1,22%	2,55%
Operações compromissadas	0,00%	0,00%	0,86%	0,03%	0,01%	0,00%
Investimento imobiliário	4,75%	4,62%	0,00%	0,00%	1,44%	5,47%
Outros	0,03%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,04%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2018											
	Inergus		Funasa		EnergisaPrev			Enersul			Prêmio aposentadoria (*)	Prêmio aposentadoria Energisa SE
	Benefício Definido	Plano Saldado	Benefício Definido	Plano Saldado	Plano BD Elétricas	Plano OP - Elétricas	Plano R	Plano I	Plano II	Plano R		
Taxa de desconto atuarial	4,85%	4,96%	4,96%	4,96%	4,85%	4,85%	5,11%	4,85%	4,96%	5,11%	5,15%	5,11%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	9,04%	9,16%	9,16%	9,16%	9,04%	9,04%	9,31%	9,04%	9,16%	9,31%	9,36%	9,31%
Taxa de crescimento salarial (*)	7,00%	-	7,43%	N/A	7,38%	N/A	7,38%	N/A	7,95%	7,38%	7,38%	7,12%
Taxa de inflação projetada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade Geral	BR-SEM 2015 por sexo		BR-SEM 2015 por sexo		BR-SEM 2015			BR-SEM 2015			BR-SEM 2015	BR-SEM 2015
Tábua de mortalidade de inválidos	MI por sexo		MI por sexo		MI 85			MI 85			MI 85	MI 85
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT MÉDIA		LIGHT MÉDIA		LIGHT MÉDIA			LIGHT MÉDIA			LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA

(*) ECO, EMG, ENF, PLANEJ, ESA, ESO e SOBRADINHO

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Prêmio aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, ETO, ESE e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	Consolidado	
	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	22.338	21.824
Valor justo dos ativos do plano	1	-
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	22.339	21.824

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

	Consolidado	
	2018	2017
Passivo atuarial líquido no início do ano	21.824	11.312
Saldos de planos descontinuados	-	(379)
Benefícios pagos	(466)	-
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.458	2.485
Outros resultados abrangentes	(3.477)	8.406
Passivo atuarial líquido no final do ano	22.339	21.824

Conciliação do valor presente das obrigações em 2018

	Consolidado	
	2018	2017
Valor presente das obrigações no início do ano	21.824	11.312
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.492	1.466
Juros sobre obrigação atuarial	2.966	1.258
Benefícios pagos no ano	(592)	(619)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(3.351)	8.407
Valor das obrigações calculadas no final do ano	22.339	21.824

Demonstração das despesas para os exercícios de 2019 e 2018, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado	
	2019	2018
Custo do serviço corrente (com juros)	2.087	2.421
Juros sobre as obrigações atuariais	1.937	1.924
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(132)	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	3.892	4.345

Demonstração das despesas para os exercícios de 2019 e 2018, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado	
	2019	2018
Custo do serviço corrente (com juros)	2.087	2.421
Juros sobre as obrigações atuariais	1.937	1.924
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(132)	-
Remensuração do custo financeiro	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	3.892	4.345

Plano de saúde:

Plano de Benefício Assistencial - a Companhia e suas controladas mantém um plano de benefício pós emprego de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustados pela inflação (INPC).

A Companhia e as controladas EMG e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

	Consolidado	
	2018	2017
Valor presente das obrigações no início do ano	69.067	45.006
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	12.444	1.221
Juros sobre obrigação atuarial	8.768	5.257
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	70.521	17.656
Valor das obrigações calculadas no final do ano	160.800	69.140
Circulante	20.526	8.660
Não Circulante	140.274	60.480

Demonstração das despesas para os exercícios de 2019, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado
	2019
Custo do serviço corrente (com juros)	6.076
Juros sobre as obrigações atuariais	14.450
Valor das obrigações calculadas no final do ano	20.526

Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2018		
	Unimed Cuiabá	CNU	CAGIPE
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	4,96%	4,97%	4,96%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,16%	9,17%	9,16%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,16%	8,16%	8,16%
Taxa de Rotatividade	16,66%	16,44%	6,70%
Permanência no Plano na aposentadoria	50,00%	45,56%	70,00%
Fator de Envelhecimento	2,80%	2,80%	2,80%
Tábua de mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo		
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Média)		

38. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2019 a 2029	802.663	386.349	178.445	51.092	25.719

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2019 a 2029	19.886	79.102	81.240	83.593	652.432
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	256.235	252.486	248.844	246.689	5.577.583
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	734.745	670.445	652.192	557.475	11.116.003
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	508.657	499.517	468.619	417.894	9.447.564
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	111.606	101.379	99.997	86.845	1.653.759
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	1.568.105	1.673.516	1.725.308	1.538.349	26.730.973
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	409.365	396.555	406.517	379.745	8.081.231
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2019 a 2050	774.171	745.018	759.918	716.639	15.826.502
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	482.447	469.900	481.876	507.399	10.107.061
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2019 a 2029	799.234	366.407	175.476	48.391	22.535
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	2019 a 2050	745.050	648.866	546.469	447.339	16.922.031
Companhia de Eletricidade do Acre	2019 a 2050	266.513	253.273	267.763	208.125	4.964.115
		6.676.014	6.156.464	5.914.219	5.238.483	111.101.789

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2018 e foram homologados pela ANEEL.

39. Meio ambiente (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2018, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$173.358 (R\$85.606 em 2017), sendo R\$149.427 (R\$73.014 em 2017) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R\$23.931 (R\$12.592 em 2017) despesas operacionais, no consolidado.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

40. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2018	2017
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	650.907	765.493
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	295.119	211.384
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	174.055	120.363
Estoques - transferência para o intangível	-	2.791
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	23.383	51.778
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	25.353	35.107
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	174.055	120.363
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	23.383	51.778
Intangível - transferência para estoques	-	2.791
Atividades de financiamento		
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	25.353	35.107
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	26.714	-
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	42.074	-
Clientes, consumidores e concessionárias	748.814	-
Estoques	18.070	-
Tributos a recuperar	96.145	-
Ativos financeiros setoriais	1.291.805	-
Depósitos e cauções vinculados	225.794	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	22.138	-
Outros créditos	266.336	-
Imobilizado, intangível e ativo contratual	7.522.868	-
Fornecedores	2.060.966	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.566.390	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	2.026.128	-
Passivos financeiros setoriais	194.978	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	1.909.711	-
Outros passivos	1.000.163	-
Participação de acionistas não controladores	169.165	-
Venda da aeronave		
Atividades operacionais		
Outras Contas a Receber	-	11.630
Depósitos e Cauções Vinculados	-	9.661
Impostos a recuperar	-	5.620
Tributos e contribuições sociais	-	3.593
Atividades de investimentos		
Intangível	-	1.718
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	-	32.222

41. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício - controladora	1.148.434	558.612
Média ponderada das ações	1.736.874	1.729.827
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,6612	0,3229
Lucro do exercício - consolidado	1.179.672	572.582
Resultado da operação continuada:	1.179.672	572.582
Acionistas da controladora	1.148.434	588.612
Acionistas não controladores	31.238	13.970

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

42. Eventos subsequentes

- Bandeiras tarifárias**

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2019, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

- Distribuição de dividendos intercalares**

Em 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R\$235.893. Esse montante corresponde a R\$0,13 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,65 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 11 de março de 2019 com base na posição acionária de 27 de fevereiro de 2019.

- Homologação reajuste tarifário:**

Em 29 de janeiro de 2019, a ANEEL através da Resolução Nº 2.512, Nota Técnica nº 07/2019-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário da controlada Energisa Borborema a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2019. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 4,36%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EBO
Baixa Tensão	+4,60%
Alta e Média Tensão	+3,81%
Total	+4,36%

- Empréstimos**

(1) Em 28 de fevereiro de 2019 as controladas diretas Ceron e Eletroacre efetuaram liquidação antecipada dos empréstimo junto a Eletrobrás nos valores de R\$281.720 e R\$359.694, respectivamente.

(2) Em 08 de março de 2019, foi exercida a totalidade PUT pela BNDESPAR, tendo controlada indireta EEVP efetuado o pagamento no valor de R\$614.296.

- (3) Em 18 de março de 2019 a controlada direta ESO captou junto ao Banco Bocom BBM S/A., R\$20.000 em moeda estrangeira com vencimento em 01/03/2021, indexado VC (USD) com spread de 2,96% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 0,93% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

- **Subscrição de capital - Ceron e Eletroacre**

A Energisa S.A, dando continuidade às informações divulgadas nos fatos relevante de 30 de agosto, 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018 e ao disposto na cláusula 12 do Manual de Oferta de Ações aos Empregados e Aposentados (“Oferta”) referentes à Alienação de Ações e Aumento do Capital das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (“Ceron”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”), comunica que após o encerramento do período do direito de preferência de subscrição de ações nos aumentos de capital das referidas distribuidoras, adquiriu, em 1º de março de 2019, as sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, como segue:

- (1) Na Ceron: a Energisa subscreveu e integralizou sobras no montante de 128.665.217 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$27.834, passando a deter 95,43% dessa distribuidora.
- (2) Na Eletroacre: a Energisa subscreveu e integralizou sobras no montante de 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$35.264, passando a deter 93,58% dessa distribuidora.